



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

MARIA GABRIELLA FIDELIS DE MELO

A PERCEPÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA REDUZ O APOIO AO GOVERNO?

Evidências do caso brasileiro

Recife

2018

MARIA GABRIELLA FIDELIS DE MELO

A PERCEPÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA REDUZ O APOIO AO GOVERNO?

Evidências do caso brasileiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Área de Concentração: Democracia e Instituições.

Orientador: Prof. Dr. Dalson Britto Figueiredo Filho.

Recife

2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

M528p Melo, Maria Gabriella Fidelis de.
 A percepção sobre a violência reduz o apoio ao governo? : evidências do caso brasileiro / Maria Gabriella Fidelis de Melo. – 2018.
 64 f. : il. ; 30 cm.

 Orientador: Prof. Dr. Dalson Britto Figueiredo Filho.
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
 Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2018.
 Inclui referências e apêndice.

 1. Ciência Política. 2. Violência. 3. Percepção. 4. Eleitores. 5. Eleições. 6. Governo. I. Figueiredo Filho, Dalson Britto (Orientador). II. Título.

320 CDD (22. ed.)

(BCFCH2020-146)

MARIA GABRIELLA FIDELIS DE MELO

A PERCEPÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA REDUZ O APOIO AO GOVERNO?
Evidências do caso brasileiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovada em: 28/02/2018.

BANCA EXAMINADORA

Profº Dr. Dalson Britto Figueiredo Filho (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº Dr. Adriano Oliveira dos Santos (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº Dr. Juliano Domingues da Silva (Examinador Interno)
Universidade Católica de Pernambuco

Dedico esta dissertação aos meus pais, Pedro e Olindina, por todo amor e apoio nessa caminhada, e ao meu grande amor, Yan, por ser um companheiro tão paciente e encorajador.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo agradeço a Deus, pelas bênçãos alcançadas na minha vida, família e amigos. Ao meu pai, Pedro Melo, que sempre me apoiou em tudo que escolhi fazer, me inspirando todos os dias com exemplos de determinação e garra para a conquista dos meus sonhos.

A minha mãe, Olindina, que sempre me dedicou tanto o seu tempo, esforço, apoio psicológico, cuidado, carinho e amor. Aos meus irmãos Mirella e Pedro Melo Filho, que sempre foram leais companheiros e torcedores na minha vida.

Ao meu namorado, Yan Albertins, que tanto me incentiva, cuida, me acolhe, me inspira e me traz paz nos momentos mais difíceis, sempre me dedicando seu amor, companheirismo e paciência.

A minha avó Genilda, que está sempre rezando todas as tardes pelos seus netos, torcendo por cada um deles. A minha tia e segunda mãe Glória Maria, com quem sempre posso conversar, desabafar e pedir conselhos.

Aos meus amigos e colegas Cláudio Monteiro e Letícia Machado, pela dedicação de seu tempo em ajudar no que fosse preciso. A Luma Neto, a amiga fiel que inspira sonhos, garra e determinação nessa trajetória acadêmica.

Ao meu querido orientador, Dalson Britto Figueiredo Filho, obrigada por todo o apoio, cuidado, atenção e dedicação. A todos vocês, dedico minha eterna gratidão e amor.

RESUMO

Este trabalho testa a hipótese de que a percepção sobre a violência reduz o apoio ao governo mandatário. Para isso, serão utilizados dados do *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) para a população brasileira entre os anos de 2006 e 2016/2017. Foram empregadas como variáveis dependentes, *a avaliação do governo federal* e *o voto no mandatário*; como independentes, *vítima de violência* e *saliência da violência* para os brasileiros, visando criar inferências causais válidas entre elas. Como técnicas estatísticas, foram utilizadas estatística descritiva e regressão logística ordinal e binomial. Dessa forma, os resultados mostram que em termos estatísticos, a saliência da violência não está significativamente associada à avaliação do governo federal e ao voto no mandatário. Por outro lado, ser vítima de violência reduz a chance de avaliar positivamente o governo, mas não afeta o voto no mandatário. Por fim, este estudo conclui que não é possível afirmar que a violência reduz o voto no governo mandatário, mas afeta negativamente a avaliação do governo federal.

Palavras-chave: Violência. Apoio ao governo. Accountability.

ABSTRACT

This work tests the hypothesis that the perception of violence reduces support for the mandated government. To this end, data from the Latin American Public Opinion Project (LAPOP) will be used for the Brazilian population between 2006 and 2016/2017. Were used as dependent variables, the assessment of the federal government and the vote on the representative; as independent, the victim of violence and the salience of violence towards Brazilians, with the objective of creating valid causal inferences between them. As statistical techniques were used descriptive statistics, binomial and ordinary logistical regression. In this way, the results show that in statistical terms, the salience of violence is not significantly associated with the assessment of the federal government and with the vote on the representative. On the other hand, being a victim of violence reduces the chance of positively evaluating the government but does not affect the vote on the representative. Finally, this study concludes that it is not possible to say that violence reduces the vote in the mandated government, but negatively affects the assessment of the federal government.

Keywords: Violence. Support for the government. Accountability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1-Evolução na taxa de homicídios no Brasil % (2006-2016/2017)	19
Quadro 1- Sumário Analítico da literatura sobre apoio ao governo e violência.....	21
Gráfico 2- Saliência da Violência % (2006-2016/2017)	27
Quadro 2- Desenho de Pesquisa.....	34
Quadro 3- Hipóteses secundárias.....	35
Quadro 4- Classificação das Variáveis.....	36
Quadro 5- Mensuração das variáveis nos <i>surveys</i>	38
Gráfico 3- Razão de chance (<i>Odd ratio</i>)	43
Quadro 6- Efeitos esperados e os resultados observados.....	43

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	O CONCEITO DA VIOLÊNCIA.....	13
2.1	DA VIOLÊNCIA AO CRIME.....	13
2.2	AS TEORIAS CLÁSSICAS E POSITIVISTAS.....	14
2.3	OS PRIMEIROS ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA E O CRIME NO BRASIL..	15
2.4	A PERCEPÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA.....	16
3	REVISÃO DOS ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE A VIOLÊNCIA E APOIO AO GOVERNO.....	18
3.1	O PROBLEMA DA VIOLÊNCIA NO BRASIL.....	18
3.1.1	A violência e o comportamento eleitoral.....	21
3.2	DEBATE TEÓRICO.....	25
3.2.1	A teoria da <i>accountability</i> vertical.....	25
3.2.2	A violência é um problema grave para os eleitores?.....	26
3.2.3	A teoria da Vitimização.....	28
3.2.4	Teoria da Desorganização Social.....	29
3.2.5	Teoria da Escolha Racional.....	30
4	METODOLOGIA E RESULTADOS.....	33
4.1	DESENHO DE PESQUISA.....	33
4.2	HIPÓTESES SECUNDÁRIAS E VARIÁVEIS.....	35
4.3	BANCO DE DADOS.....	36
4.4	REGRESSÃO LOGÍSTICA ORDINAL E BINOMIAL.....	37
4.5	RESULTADOS.....	39
4.5.1	Modelo 1.....	39
4.5.2	Modelos 2.....	41
4.6	LIMITAÇÕES.....	44
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
	REFERÊNCIAS.....	48
	APÊNDICE A- TABELAS 3-8.....	55

1 INTRODUÇÃO

“A good deal of traditional democratic theory leads us to expect more from national elections than they can possibly provide. We expect elections to reveal the “will” or the preferences of a majority on a set of issues. This is one thing elections rarely do, except in an almost trivial fashion.”

—Robert A. Dahl, *A Preface to Democratic theory* (pág. 131, 1956)

A percepção sobre a violência reduz o apoio ao governo? Estudos recentes mostram que em diversos países, os cidadãos consideram a violência como um dos problemas mais graves a ser enfrentado num país (BORGES, 2013; MARSHALL, 2015; PÉREZ, 2015; VISCONTI, 2017). Ainda, alguns estudos relacionam a violência com a redução de valores democráticos (NEWMAN e PRIDEMORE, 2000; PÉREZ, 2003;), aumento do engajamento político (BLATTMAN, 2009; BATESON, 2012; KERBAUY e DIAS, 2015), diminuição do voto para presidente (HOLMES e PIÑERES, 2012; BERENS, 2017) e com a avaliação do governo (CUMMINS, 2009; KRONICK, 2014; SAMPAIO, 2014; MARSHALL, 2015).

Recentemente, dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicaram que todos os dias, dezenas de milhares de indivíduos são vítimas de violência não fatal em todo o mundo.¹ Entretanto, conceituar a violência não é uma tarefa simples. Segundo a OMS², ela pode ser definida como sendo “a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis.” Embora a violência ocorra em todos os segmentos sociais e políticos, não pode ser interpretada apenas como um ato de agressão, intimidação ou dor aplicada a alguém, ela se apresenta como um fenômeno complexo e multideterminado. Por isso, esta dissertação considera a percepção dos indivíduos também sobre o aumento de assaltos, roubos, furtos ou sequestros na sua região, inserindo a criminalidade dentro do conceito da violência³.

¹ “Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência 2014”, publicado pela OMS em 2014.

² Para maiores informações, recomenda-se o relatório de pesquisa também publicado pela OMS chamado *Preventing suicide: a global imperative* (3) de 2014.

³ O *latin American Public Opinion Project* (LAPOP) não diferencia conceitualmente “violência” de “crimes e delinquência”, muito embora as duas variantes apareçam nos questionários. Para medir a saliência da violência, utilizou-se a pergunta: “Na sua opinião, qual é o problema mais grave que o país está enfrentando?” levando-se

Estudos recentes na América Latina afirmam que a violência influencia o comportamento eleitoral (ARCE, 2003; PÉREZ, 2003, 2011, 2015; CUMMINS, 2009; HOLMES e PIÑERES, 2012), tornando-a um mecanismo de *accountability* vertical⁴ bastante valorizado em épocas eleitorais (PAVÃO, 2016). Dado o crescimento da importância de pesquisas relacionadas à violência, inúmeros trabalhos a mensuram através da taxa de homicídios e aumento da criminalidade, mas poucos analisam como a percepção da violência a um nível individual, influencia o comportamento eleitoral. Como resultado, surge um cenário empírico ainda raso para buscar e produzir dados que relacionem duas áreas importantes para os cidadãos e governantes em épocas eleitorais.

A Constituição brasileira de 1988, em seu artigo 144, garante como dever do Estado e direito de todos, a segurança pública nos termos subsequentes: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, [...]”. Entretanto, os níveis de violência e criminalidade vêm aumentando e comprometendo o desenvolvimento social, político e econômico do Brasil quando comparado às outras nações em desenvolvimento, como por exemplo, a China, Rússia e Índia (UNODC, 2013).

E como a relação entre a percepção sobre violência e comportamento eleitoral é uma área pouco estudada, esta dissertação se diferencia das demais ao utilizar uma perspectiva de análise sobre as consequências geradas pela violência a um nível individual, podendo colaborar com a formulação de políticas públicas de segurança, campanhas eleitorais voltadas aos eleitores e como base para melhorias na administração pública. Para isso, serão utilizados dados do *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) para a população brasileira entre os anos de 2006 e 2016/2017.

Foram empregadas como variáveis dependentes, *avaliação do governo federal* e o *voto no mandatário*; como independentes, *vítima de violência* e *saliência da violência* para os brasileiros, visando criar inferências causais válidas entre elas. Como técnicas estatísticas, foram utilizadas estatística descritiva e regressão logística ordinal e binomial. Dessa forma,

em consideração o termo violência.

Ver: https://www.vanderbilt.edu/lapop/brazil/Brazil_AmericasBarometer_Tech_Info_2016_17_W_092217.pdf

⁴ A teoria sobre *accountability* vertical defende que os cidadãos podem punir seus governantes através da avaliação de seu desempenho e, assim, gerar comportamentos e políticas diferentes para o governo ou incentivar a entrada de partidos de oposição nas eleições, influenciando o resultado nas urnas.

pretende-se aprofundar os estudos sobre a relação pouco explorada entre violência e apoio ao governo.

Para fins didáticos, os assuntos abordados estão divididos em três seções e a conclusão, sendo o primeiro reservado para conceituar brevemente, o crime e a violência. A segunda discute o problema da violência no Brasil, e revisa as teorias e estudos empíricos nacionais e internacionais, relacionando a violência e o comportamento eleitoral. A terceira parte aborda os procedimentos metodológicos referentes ao desenho de pesquisa, informa as hipóteses e variáveis utilizadas, expõe informações sobre o banco de dados originalmente construído e, por fim, apresenta os resultados. Para finalizar, os avanços e a necessidade de novas pesquisas na área são abordados na conclusão.

2 O CONCEITO DA VIOLÊNCIA

Resumo

Esta seção objetiva conceituar a violência e o crime, demonstrando a sua importância como objeto de estudo nas ciências sociais. Além disso, revisa resumidamente as teorias clássica e positivista, principais escolas que embasam os estudos sobre a violência e criminologia. Outro objetivo é mostrar os primeiros passos dos estudos sobre a violência no Brasil. Por fim, delimita a noção de percepção sobre a violência, influenciando o comportamento eleitoral dos indivíduos.

Palavras-chave: Violência. Crime. Percepção sobre a Violência.

2.1 DA VIOLÊNCIA AO CRIME

O que se tem registrado na história da humanidade desde a antiguidade até os dias atuais, é a presença da violência como um fator atuante dentro de todas as nações (GIDDENS, 1991). O sentimento de insegurança permanece crescente, e possui características mais dinâmicas, demandando maior participação social (CRUZ, 2009). Há muito tempo, a violência tem sido objeto de investigação sob a ótica sociológica, criminal e política, porém, do ponto de vista teórico ela se caracteriza como um fenômeno complexo e multideterminado, que exige diferentes recursos para sua compreensão (GOMES, 2014).

O crescimento da importância do estudo sobre a violência como um objeto de estudo diferenciado, levou Adolphe Quetelet, em 1842, a constatar a previsibilidade do crime a partir das primeiras análises estatísticas criminais na França. Ele observou a existência de áreas que concentravam maiores e menores taxas de criminalidade, além de descobrir a estabilidade de certos tipos de crime (QUETELET, 1842). Outra descoberta relevante do estudo de Quetelet foi a comprovação de que algumas pessoas eram mais propensas à cometerem delitos que outras, ou seja, identificou-se um perfil através da averiguação de algumas variáveis sociais e econômicas, como idade, renda individual, taxa de desemprego entre outras.

No âmbito da criminologia, duas teorias se destacam nas discussões sobre a definição do que seria crime e como deve ser punido dentro de cada sociedade, são elas, a teoria clássica, ou “escola clássica”, desenvolvida a partir das ideias de Cesare Beccaria (1738-1794) e Jeremy

Bentham (1748-1832); e a teoria positiva ou “escola positiva”, defendida por Cesare Lombroso (1835-1909), Raffaele Garofalo (1852-1934) e Enrico Ferri (1856-1929). Por muitos estudiosos, essas teorias são consideradas divergentes entre si ao caracterizar o que é crime e como ele deve ser punido dentro de cada sociedade (ALVAREZ, 2003).

2.2 AS TEORIAS CLÁSSICAS E POSITIVISTAS

A escola clássica define o crime em termos estritamente legais, preocupa-se com as consequências geradas deste ato e não leva em consideração as motivações individuais que levaram o criminoso ao delito. Assim, para existir crime deve haver uma lei que o defina antes, sendo o indivíduo punido de acordo com o tipo de crime cometido, não podendo ser julgado de forma arbitrária. Com base no contratualismo de Rousseau, Beccaria sustentava que o crime representava uma quebra no pacto social, além de contribuir para o desenvolvimento dos princípios da legalidade e igualdade, ao defender os direitos individuais e o livre arbítrio. Jeffery (1972) afirma que a teoria clássica defende tanto a sociedade contra o criminoso, quanto o criminoso contra as arbitrariedades do governo (BECKER, 1968).

Contudo, tal teoria se aproxima da concepção do delito apenas como ente jurídico, que contraria a lei formal, mas se afasta do seu conteúdo social e empírico. Ou seja, a ação criminal se apresenta como uma escolha do indivíduo, que por seu livre arbítrio, opta pela ação imoral. Em contrapartida, a escola positivista marca o surgimento da criminologia como área de estudo científico, tendo como principais defensores Cesare Lombroso (1835-1909), Raffaele Garofalo (1852-1934) e Enrico Ferri (1856-1929).

O foco desta teoria é criar conexões com outras áreas científicas como a fisiologia, antropologia, biologia e filosofia para analisar os crimes e seus determinantes internos e externos. Os estudiosos da escola positivista contrariavam o conceito de responsabilidade penal com base no livre-arbítrio da escola clássica, defendendo principalmente a utilização de métodos empíricos. Em sua obra mais famosa, Cesare Lombroso lança em 1876, “*O homem delinquente*”, revolucionando a forma de identificar e classificar os criminosos e como eles se comportam. Para tal, Lombroso utiliza-se de centenas de autópsias de delinquentes e milhares de observações de criminosos vivos. Assim, a criminologia passava a atender a demanda da classe burguesa por prevenção e segurança contra os crimes (WOLFGANG, 1972 GIBSON, 2002).

Alvarez (2003) sintetiza a escola positivista afirmando que, da escola clássica para a escola positiva, o foco da investigação muda do crime para o criminoso, graças aos avanços feitos nas áreas da sociologia, psiquiatria e fisiologia. O século XIX representa um divisor de águas para o estudo da violência e do crime como atores importantes dentro da sociedade, e repercute em países fora da Europa. As pesquisas passam a ser valorizadas se baseadas em métodos científicos, como a de Adolphe Quetelet (1842), ao buscar aplicar os métodos estatísticos na investigação dos determinantes do crime na França.

2.3 OS PRIMEIROS PASSOS DOS ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA E O CRIME NO BRASIL

Ainda no final do século XIX e fortemente no século XX, os estudos sobre a violência na América Latina e no Brasil receberam forte influência da escola positivista. Médicos e juristas debatiam diversas correntes naturalistas e deterministas com base no contexto social do país, principalmente relacionado a questões raciais. É importante destacar no estudo sobre a violência e crimes, o médico Nina Rodrigues e sua obra *As raças humanas e sua responsabilidade penal*, de 1894, uma obra fruto dos debates sobre o fim da escravidão no país e a recente troca do status jurídico do negro dentro da sociedade. E devido ao sentimento de ameaça que as elites sociais brasileiras sentiam, muitos estudiosos do crime apostaram seus ensaios com base nas teorias positivistas como uma tentativa de manutenção do poder. (RODRIGUES, 1938).

Obras como *A nova escola penal*, de 1894 e *Estudos de Sociologia Penal*, de 1900, dos juristas brasileiros Francisco José Viveiros de Castro (1862-1906) e Paulo Egídio de Oliveira Carvalho (1842-1946), podem ser consideradas grandes representantes desta escola (BECKER, 1968; WOLFGANG, 1972). Consequentemente, o negro foi posto como objeto de análise científica para justificar a existência ou crescimento de crimes na sociedade brasileira, conseguindo suprir a necessidade de respostas para os sentimentos de nacionalidade e cidadania, ferventes na época da abolição da escravatura. A escola positivista teve um papel de legitimar o tratamento desigual inerente à sociedade naquele período e que perpassa a trajetória do tempo até os dias atuais. As questões raciais foram a porta de entrada para os estudos sobre a violência no Brasil, contudo o crescimento de pesquisas envolvendo a criminologia e segurança pública é notável (ALVARES, 2003; CRUZ, 2009).

Em especial, a área de políticas públicas vem se consolidando como produtora de estudos e obras relevantes no combate à violência, como por exemplo os programas de segurança pública *O Pacto pela vida*, de 2007, de José Luiz Ratton, Clarissa Galvão e Michelle Fernandez; a experiência do *Fica vivo!* em Belo Horizonte, em 2002. Ambas as políticas foram resultado de grandes estudos e debates entre órgãos públicos, pesquisadores especializados na área de segurança e chefes de executivo estaduais. Tal alcance se deu pela necessidade em encontrar soluções para os altos níveis de homicídios nos estados de Pernambuco e Minas Gerais, um problema grave e saliente para a população à época (BEATO, 2005; RATTON, et. al, 2014).

Apesar da ciência política relacionar os problemas da segurança pública com políticas de prevenção e redução da criminalidade, pouco se tem explorado como os indivíduos, vítimas da violência não-fatal, internalizam seu estado de vulnerabilidade, e ordenam suas preferências políticas ou coordenam ações cívicas. Portanto, é importante conhecer quais motivações estão por trás do voto, e da forma como avaliam seus governantes.

2.4 A PERCEPÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA

Definir a percepção sobre a violência é uma tarefa que poucos estudiosos se propõem a fazer. Em termos práticos, a opinião dos indivíduos a respeito de certos temas e assuntos é essencial para a compreensão de fenômenos sociais e políticos. A violência não deve ser mensurada apenas através de dados sobre a taxa de mortes violentas ou aumento da criminalidade, ela precisa ser compreendida também a um nível individual, para criar conexões mais diretas com a população. A teoria da vitimização (BLATTMAN, 2009; BATESON, 2012; HOLMES e PIÑERES, 2012; KERBAUY e DIAS, 2015) defende que vítimas de violência apresentam comportamentos diferenciados, influenciando o ordenamento de suas preferências em diversas áreas sociais, econômicas e políticas. Ou seja, o fato de ter sido vítima de um assalto, roubo, sequestro, ou furto, pode determinar uma avaliação negativa para o governo, ou o voto para a oposição.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração para mensurar a percepção sobre a violência, é identificar a importância que ela tem na vida dos indivíduos. Problemas na área da saúde pública, desemprego e educação, são temas recorrentes (SINGER, 2011; BUDGE, 2015) e atingem diretamente à população. Por isso, geralmente são considerados mecanismos eleitorais e políticos de *accountability* vertical (PRZEWORSKI et al. 1999; MELO, 2007;

PAVÃO, 2016). Se a violência for considerada um problema grave e urgente para a população, espera-se que ela também seja considerada um instrumento de punição contra o governo. Portanto, surge a pergunta: até que ponto a percepção sobre a violência pode influenciar o comportamento eleitoral dos indivíduos?

O principal objetivo desta dissertação é analisar como os indivíduos avaliam e votam no governo incumbente, através do seu julgamento sobre a violência. Isso possibilitaria identificar um novo condicionante do voto que deve ser levado em consideração nas eleições para presidente no Brasil, e afirmá-lo como um mecanismo de punição para o governo. Outro ponto positivo, é a valorização de pesquisas centradas no eleitor, suas preferências e demandas sociais. Um dos pressupostos básicos da *accountability* é justamente legitimar a congruência entre a agenda governamental e as demandas dos cidadãos (CARREIRÃO, 2015). Para Powell (2004, p.91 apud Avila, 2016, p. 529), a *accountability* é um processo de três fases: cidadãos estabelecem suas preferências, que são formalizadas por meio das eleições, nas quais as coalizões ou o governo eleito devem formular políticas públicas para atender a demanda popular.

Portanto, é evidente a importância dos estudos voltados à percepção sobre a violência. A partir dela, identificam-se as demandas, preferências e comportamentos que alimentam a produção das políticas públicas e ações eleitorais. Desse modo, esta seção cumpriu de forma sucinta, a tarefa de conceituar a violência e o crime, discutir as teorias clássica e positivista, além de explicitar os primeiros passos dos estudos sobre a violência no Brasil. Delimitou a noção de percepção sobre a violência e como ela pode ser encarada como um mecanismo de *accountability* vertical. Na seção seguinte, são abordados os principais estudos empíricos que relacionam a violência e o comportamento eleitoral, área ainda pouco explorada pelos pesquisadores.

3 REVISÃO DOS ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE A VIOLÊNCIA E APOIO AO GOVERNO

Resumo

Esta seção tem um duplo objetivo. Por um lado, justificar a violência como um problema saliente para os brasileiros. Por outro, revisar a literatura sobre violência e comportamento eleitoral. Além disso, é apresentado um quadro mostrando a literatura dos principais estudos nacionais e internacionais que relacionam a violência e o comportamento eleitoral, a fim de melhorar a compreensão dos mecanismos causais que relacionam a violência e o apoio ao governo. Por fim, as teorias que embasam as variáveis dependentes e independentes serão discutidas para a investigação desta relação.

Palavras-chave: Saliência da Violência. Avaliação do governo. Voto no mandatário.

3.1 O PROBLEMA DA VIOLÊNCIA NO BRASIL

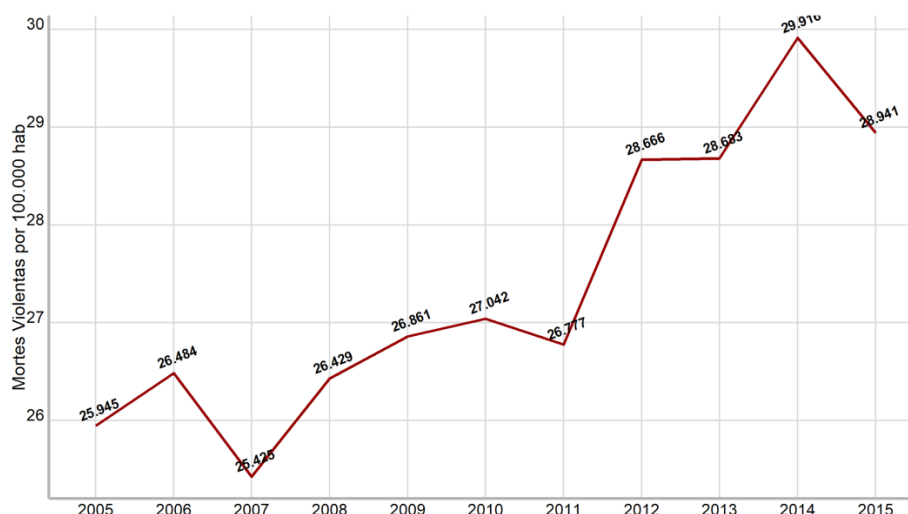
A violência pode ser considerada um problema grave e saliente em diversos países latino-americanos, especialmente no Brasil, como mostram os estudos recentes sobre o impacto que ela pode exercer na economia, na política e dentro da sociedade (FELSON e COHEN, 1980; COELHO, 1988; PAIXÃO, 1988; PÉREZ, 2003; BEATO, 2005; BLATTMAN, 2009; VOORS, 2012; CARDOSO et. al, 2013; RATTON, et. al, 2014). O departamento de Drogas e Crimes das Nações Unidas mostrou, em 2009, que a América Latina detém a posição de segundo lugar no ranking dos países/regiões com maior número de homicídios por 100 mil habitantes. O destaque foi para Honduras, em primeiro lugar, El Salvador em segundo, em terceiro a Venezuela, em quarto a Guatemala, Colômbia em quinto lugar e Brasil na oitava colocação. Em 2012, o Brasil liderou esse mesmo ranking como o país com o maior número de homicídios no mundo.

O problema do crescimento da violência e suas consequências graves estão presentes em diversos países latino-americanos, como em El Salvador e Guatemala (PÉREZ, 2003), Peru (ARCE, 2003), Colômbia (HOLMES e PIÑERES, 2012) e Honduras (PÉREZ, 2015); e também em países africanos (BLATTMAN, 2009). Entretanto, dados do relatório de pesquisa *Atlas da Violência 2017*⁵ disponível no Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP),

⁵ O *Atlas da Violência 2017* é um relatório de pesquisa com base nos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde e apresenta informações até o ano de 2015. Nasceu de uma parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), para reforçar a discussão sobre a crise do sistema de segurança pública, a qual todos os brasileiros enfrentam

apontam que em 2015 o Brasil apresentou uma taxa de homicídios de 28,9 para cada 100 mil habitantes, se distanciando do ano de 2007, que apresentou a menor taxa para o período analisado. A Organização Mundial da Saúde (OMS) informou que em 2016, o Brasil apresentou uma taxa de 32,4 homicídios para cada 100 mil habitantes, sendo a nona maior taxa das Américas, comprovando a tendência crescente dos homicídios e, consequentemente, da violência. Neste trabalho, optou-se pelos números extraídos do DATASUS e do IBGE, para os anos de 2005 a 2015. O gráfico abaixo mostra a evolução da taxa para este período:

Gráfico 1- Evolução da taxa de homicídios no Brasil (2006-2016/2017)



Fonte: Elaboração própria. Fonte: DATASUS (2018); IBGE (2018).

É possível observar que a taxa de homicídios no Brasil apresenta uma estabilidade e um incremento marginal de aproximadamente 3%, considerando a diferença da taxa para o ano de 2005 (25,94) e maior taxa para o ano de 2015 (28,94). Dada a posição negativado Brasil no continente americano nos últimos anos, a relação entre a violência e o comportamento eleitoral vem se tornando um tema importante para os pesquisadores (NEWMAN e PRIDEMORE, 2000; PÉREZ, 2011). Este trabalho objetiva examinar se a percepção dos indivíduos sobre a violência reduz o apoio ao governo, através da análise de informações para o Brasil presentes

atualmente. O capítulo um é uma ótima leitura para se compreender o problema da violência no Brasil, além de mostrar também a evolução da taxa de homicídios no país entre os anos de 2005 e 2015.

nos *surveys* do *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP). É fato que na América Latina observam-se trabalhos analisando a relação entre crime e comportamento eleitoral ao investigar como os eleitores responsabilizam politicamente seus candidatos. Por exemplo, a pesquisa sobre como casos persistentes de violência na Colômbia causam danos aos partidos do governo (HOLMES e PIÑERES, 2012), e no Peru, onde quedas nos índices de violência estão relacionadas ao aumento do índice de aprovação presidencial (ARCE, 2003). Ainda, é possível encontrar estudos que relacionam crime e a redução de valores democráticos (NEWMAN e PRIDEMORE, 2000; PÉREZ, 2011) ou crime como um indicador de performance do governo (CUMMINS, 2009).

Contudo, as consequências eleitorais que a violência produz ainda é um assunto pouco estudado na América Latina como um todo, inclusive no Brasil. A literatura tradicional sobre determinantes do voto e comportamento eleitoral é focada na teoria do voto econômico ao determinar os principais condicionantes do voto. A relação entre a economia e a política é muito explorada em diversos estudos nacionais e internacionais, (DOWNS, 1957; DUCH & STEVENSON, 2008) já que as medidas políticas geram resultados econômicos que afetam a geração de empregos, renda e oportunidades, influenciando fortemente os eleitores na hora de ordenar suas preferências (BORSANI, 2001).

Porém, o voto econômico vem apresentando resultados que acabam sendo reféns das circunstâncias econômicas e políticas no período em que se analisa, dando origem assim à necessidade de novos estudos sobre diferentes determinantes do voto, objetivando ampliar a análise sobre o comportamento dos eleitores. Para completar, estudos recentes mostram que a violência é um dos problemas mais graves que um país pode enfrentar e que afeta as eleições presidenciais (PÉREZ, 2011; HOLMES e PIÑERES, 2012). Em 2013, ela foi assunto central nas campanhas presidenciais em Honduras, justamente por ser a nação mais violenta do continente latino-americano. Na Guatemala, a criminalidade também foi assunto central na campanha presidencial em 2011, devido ao fato de ter uma das maiores taxas de homicídio do hemisfério (PÉREZ, 2015).

Esse cenário de insegurança é um fator relevante para a literatura atual dentro da ciência política, pois mostra a importância que o assunto possui para os indivíduos como um fator determinante na ordenação de suas preferências eleitorais. O desafio para se examinar a relação entre a violência e o comportamento eleitoral é encontrar efeitos causais significativos entre as

vítimas e saliência da violência para os brasileiros, com a avaliação do governo federal e o voto no mandatário, através da perspectiva da vítima e não do agressor.

3.1.1 A violência e o comportamento eleitoral

Um obstáculo enfrentado, quando se pretende analisar as consequências políticas e eleitorais que a violência e a criminalidade podem gerar, é que diversos estudos usualmente medem a violência a partir da taxa de homicídios e aumento da ocorrência de crimes (COELHO, 1988; PAIXÃO, 1988; BEATO, 2005; SILVA, 2012; CARDOSO et. al, 2013; RATTON, et. al, 2014), e poucos a mensuram a partir de dados sobre a vitimização, nível de insegurança, percepção da insegurança e saliência da violência como um problema grave no país (FELSON, COHEN, 1980; PÉREZ, 2003; BLATTMAN, 2009; VOORS, 2012).

Mas o que o crescimento da violência pode representar para o governo? Arce (2003), por exemplo, constatou que altos níveis de violência interferem no voto aos partidos de esquerda, e não aos partidos de direita; Já Pérez (2003), observou que o crime e o sentimento de insegurança têm efeito significativo e negativo sobre o apoio à democracia. Holmes e Piñeres (2012) detectaram que a violência e o desemprego reduzem o voto aos partidos conservadores. Em contrapartida, Pérez (2015) observou que na América Latina, nem a vitimização por crime nem a saliência da violência são significativas para explicar o voto no incumbente. Por outro lado, o autor constatou que altos níveis de insegurança reduzem o apoio ao governo incumbente.

Inspirando-se na tese de Lima (2017), foi elaborado nesta dissertação um quadro analítico que sumariza os principais estudos nacionais e internacionais, relacionando violência com comportamento eleitoral e seus principais achados, apresentados abaixo:

Quadro 1- Sumário Analítico da literatura sobre Apoio ao governo e violência

Autor	Caso	Amostra/Período	Técnicas de Pesquisa	Variável dependente	Variável independente	Principais achados
Arce, 2003	Peru	dados mensais de aprovação presidencial entre os anos de 1985 e 1997	Série Temporal (Time series)	aprovação presidencial	violência política	Os resultados de sua pesquisa sugerem que altos níveis de violência interferem no voto a partidos de

						esquerda, e não a partidos de direita.
Pérez, 2003	El Salvador e Guatemala	dados de surveys do <i>latinobarometro</i> , de 1996 e 1998.		apoio à democracia	crime e sentimento de insegurança	o crime e o sentimento de insegurança têm efeito significativo e negativo sobre o apoio à democracia
Blattman, 2009	oito subconjuntos em Uganda	Amostra de 881 jovens sobreviventes	Entrevistas semi-estruturadas	Engajamento político	violência de guerra e combate	vítimas de violência tendem a liderar comunidades e votar mais.
Cummins, 2009	Estados Unidos da América	eleições governamentais de 1986 a 2004	Regressão OLS; estudo transversal de dados agregados (a pooled cross-sectional design with aggregate-level data)	voto no partido incumbente	taxa da criminalidade estadual	o crime influencia as eleições governamentais; ainda, os eleitores consideram que as condições nacionais e as taxas de criminalidade têm um impacto maior nos estados que possuem uma população mais educada.
Cruz, 2009	Região metropolitana de Florianópolis	amostragem de ocorrências da Central de Emergência 190	pesquisa bibliográfica e documental	Percepção da violência	divulgação do crime e violência pela mídia	através da divulgação do crime, constataram-se denúncias motivadas pela mídia.
Holmes e Piñeres, 2012	Colômbia	1994 a 2006	Regressão OLS;	voto para presidente e senador	nível de violência absoluta	a violência e o desemprego reduzem o voto a partidos conservadores.
Bateson, 2012	5 continentes	Surveys amostrais do LAPOP, Eurobarometer 54.1, Afrobarometer und 4, Asian	Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (OLS)	Engajamento cívico e político	Vítimas de crime	vítimas tendem a se envolver mais em atividades políticas e cívicas que não-vítimas

		Barometer wave II. 2006 a 2010				
Borges, 2013	Brasil	2010	Regressão Logística	Vitimização	sentimento de insegurança	o sentimento de insegurança se relaciona positivamente com a vitimização
Kronick, 2014	Venezuela	Eleições presidenciais de 2000, 2004 e 2006	Pannel data	Voto no incumbente	Taxa de homicídios	Eleitores não votam contra presidentes, governadores, prefeitos ou legisladores com base na taxa de homicídio do país.
Kerbaudy; Dias, 2015	Brasil	dados obtidos pelo ESEB 2014	análise descritiva dos dados; Regressão Logística.	engajamento cívico	escolaridade	os brasileiros: são pouco ou nada interessados por política; participam das eleições, mas não das atividades tradicionais e novas formas de engajamento político; apoiam e estão razoavelmente satisfeitos com a democracia.
Marshall, 2015	México	4.500 eleitores mexicanos/ 4 rodadas do National Survey of Political Culture and Civil Practices (ENCUP), nos anos de 2001, 2003, 2005 e 2012.	Regressão Linear	Avaliação de governo	Taxa de homicídios	os eleitores punem os governos com base nos homicídios locais, dependendo se eles consomem a informação pela mídia.
Pérez, 2015	Honduras	dados de surveys do <i>latinobarometro</i> , LAPOP, do ano de 2014.		aprovação presidencial e apoio à democracia e ao sistema político	vítimas de crime; nível de insegurança;	a violência e o desemprego reduzem o voto aos partidos conservadores.

Pérez, 2015	América Latina	dados de surveys do <i>latinobarometro</i> , LAPOP,	Regressão Logística binária	voto para presidente	vítimas de crime; percepção da insegurança e saliência da violência.	vitimização por crime não tem significância para explicar o voto no governo incumbente; altos níveis de insegurança reduzem o apoio ao governo incumbente; saliência da violência não está significamente associada à intenção de voto;
Figueiredo Filho et al.,2016	197 países	197 países	Estatística descritiva, análise espacial, correlação de Pearson e regressão linear de mínimos quadrados ordinários (MQO)	taxa de homicídios por 100 mil habitantes	maioridade penal e responsabilidade criminal	resultados sugerem que a redução da maioridade penal não está associada a diminuições nos indicadores de violência.
Berens, 2017	América Latina e Caribe		Survey data.	Intenção de voto para presidente	Vitimização	Como a vitimização por crime influencia o voto para presidente. <i>Workingpaper.</i>
Visnconti, 2017	Brasil e 18 países da América Latina	LAPOP/2012	Regressão Linear e Regressão Logística Binária	vitimização	Apoio à democracia	Vitimização reduz o apoio à democracia e aumenta o apoio à governos repressivos.

Fonte: Elaboração própria (2018).

Os estudos acima mostram resultados sobre como os indivíduos se comportam com relação à violência, redução da maioria penal, engajamento político/cívico, preferências

eleitorais e como avaliam o governo. Porém, também representam uma lacuna empírica por dados, relacionando as variáveis independentes *vítima de violência* e *saliência da violência* para os brasileiros com as de interesse *avaliação do governo federal* e *voto no mandatário*, utilizadas neste trabalho, e controladas pelas variáveis *gênero*, *raça*, *idade*, *nível de escolaridade*, *renda familiar* e *urbanização* tanto no Brasil quanto internacionalmente.

Outro aspecto que pode ser destacado é a baixa quantidade de estudos que constata que cidadãos vítimas da violência tendem a ser mais engajados politicamente, a liderar comunidades e a comparecer mais às urnas (BLATTMAN, 2009; VOORS, 2012; KERBAUY e DIAS, 2015); por isso, este estudo recomenda para outros pesquisadores de comportamento eleitoral, um maior aprofundamento nesta área. Como finalidade explicativa, todas as variáveis adotadas neste estudo são baseadas em teorias discutidas e testadas dentro da ciência política, como a teoria da *accountability* vertical, escolha racional, vitimização, desorganização social e saliência do assunto.

3.2 DEBATE TEÓRICO

3.2.1 A teoria da Accountability Vertical

A capacidade que os eleitores possuem de punir ou recompensar seus governantes com base no desempenho em suas gestões é o que garante a representatividade na democracia, constituindo-se em um mecanismo de *accountability* bastante valorizado em épocas eleitorais (PRZEWORSKI et al. 1999; MELO, 2007; PAVÃO, 2016). Em outras palavras, a teoria sobre *accountability vertical* afirma que os cidadãos podem punir seus governantes através da avaliação de seu desempenho, e assim gerar comportamentos e políticas diferentes para o governo ou incentivar a entrada de partidos de oposição nas eleições, influenciando o resultado nas urnas.

Vítimas de violência tendem a punir seus governantes? Na Colômbia, Holmes e Piñeres (2012) testaram duas hipóteses que relacionam mudanças estruturais e violência: a primeira observa se altos níveis de violência política influenciam o voto aos partidos não tradicionais; e a segunda hipótese investiga se a crise econômica também influencia o voto aos partidos novos. Semelhantemente, no Peru, Arce (2003) analisa o impacto da violência sobre a aprovação

presidencial no país. Os resultados de sua pesquisa sugerem que altos níveis de violência interferem o voto nos partidos de esquerda, e não aos partidos de direita.

Isso reforçaria a hipótese de que os eleitores esperam que os governos de direita lidem melhor com os problemas da violência de um modo geral. Sampaio (2014) relacionou os micro fundamentos do apoio público do governo federal de Dilma Rousseff, para explicar a popularidade presidencial. O que pode ser observado é que as variáveis *avaliação do governo federal* e o *voto no mandatário* são utilizadas quando se pretende mensurar como os indivíduos punem ou recompensam seus governantes, mas poucos estudos as relacionam com a percepção sobre a violência. Nesse sentido, as hipóteses a serem testadas são:

- a) *ser vítima de violência reduz a satisfação com governo federal;*
- b) *ser vítima de violência reduz o voto no mandatário.*

Assim, as variáveis dependentes desta obra são relacionadas à teoria da *accountability* vertical e a pergunta que mensura a avaliação do governo federal é: “*Falando em geral do atual governo, como o(a) sr./sra. avalia o trabalho que o Presidente X está realizando ?*” sendo a letra “X” preenchida pelo governante no período. A segunda variável dependente *voto no mandatário*, foi mensurada nos *surveys* de 2006 pela pergunta: “*Em qual dos candidatos o sr./sra. votou para Presidente no primeiro turno das eleições presidenciais?*”. Em 2010, temos: “*Se as eleições presidenciais deste ano fossem nesta semana, em quem o(a) sr./sra. votaria?*”

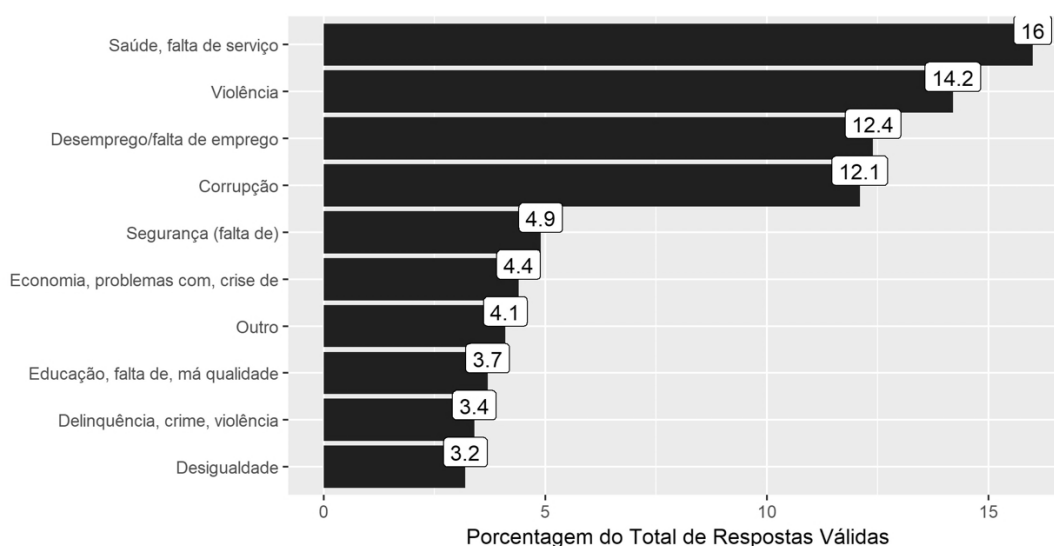
Uma informação relevante é que para mensurar a avaliação do governo federal, os *surveys* aplicados em 2006, 2008 e 2010 referiam-se ao governo do presidente LULA; para os anos 2012 e 2014, as perguntas eram relacionadas ao governo de Dilma Rousseff, e por fim, o *survey* de 2016/2017 considerou as respostas já com relação ao governo do presidente Michel Temer. No total são três governos avaliados pelos brasileiros.

3.2.2 A violência é um problema grave para os eleitores?

A teoria da *saliência* defende a ideia de que a decisão do eleitor em votar num governo depende de um cálculo onde ele troca fatores pouco importantes pelos mais relevantes. Entretanto, os eleitores levam em consideração diferentes aspectos da performance do governo para decidir seus votos, podendo ignorar estrategicamente alguns assuntos enquanto priorizam outros (SINGER, 2011; BUDGE, 2015; PAVÃO, 2016). A violência é considerada um tema eminente e saliente para os cidadãos, tornando-se uma questão mais grave em países com casos

extremos de violência (BUDGE, 1983; PÉREZ, 2003, 2011) no continente latino-americano e especialmente no Brasil (BORGES, 2013; KERBAUY e DIAS, 2015; FIGUEIREDO FILHO et al., 2016). A percepção de violência pode ser encarada também como indicador para avaliar o grau de confiança de um cidadão em relação às instituições e na formulação de políticas públicas (CARDOSO et al, 2013). As recentes pesquisas realizadas no Brasil na última década, pelo *Latin American Public Opinion (LAPOP)*⁶, perguntaram aos indivíduos: “*Na sua opinião, qual é o problema mais grave que o país está enfrentando?*” como resultado, a saúde ficou em primeiro lugar, seguida da violência e do desemprego. O gráfico a seguir mostra os temas mais citados pelos brasileiros:

Gráfico 2: Saliência da Violência% (2006-2016/2017)



Elaboração própria (2018) a partir do LAPOP (2006-2016/17).

Embora o tema seja pertinente e a violência tenha sido considerada mais grave que o próprio desemprego, variável relacionada à teoria do voto econômico, poucos estudos são voltados para observar como os eleitores percebem a violência como um mecanismo de avaliação de governo em períodos eleitorais (PAVÃO, 2016). Portanto, esta dissertação utiliza como variável independente a pergunta “*Na sua opinião, qual é o problema mais grave que o país está enfrentando?*” Naturalmente, espera-se que indivíduos que considerem a violência o

⁶ O link que disponibiliza o acesso aos *surveys* do LAPOP utilizados neste trabalho está disponível no meu perfil no *Open Science Framework (OSF)*: <https://osf.io/5843n/>

problema mais grave, avaliem negativamente o governo federal e não votem no candidato mandatário. Portanto, surgem as seguintes hipóteses a serem testadas neste trabalho:

d) indivíduos que consideram que a violência é o problema mais grave do país, avaliam negativamente o governo federal;

e) indivíduos que consideram que a violência é o problema mais grave do país, não vota no governo mandatário.

Assim, será possível testar se os indivíduos avaliam a violência como um mecanismo de punição e responsabilidade, influenciando a avaliação e o voto no governo mandatário (WLEZIEN 2005; BERELSON et al. 1954).

3.2.3 A teoria da Vitimização

Um dos principais objetivos dos estudos envolvendo a vitimização, é especificar quais são as características das vítimas e também dos agressores (RIBEIRO e CANO, 2016). A teoria da vitimização permite ao pesquisador entender e conhecer o perfil das vítimas de crimes, a propensão em registrar queixas, e de promover o aprofundamento de pesquisas voltadas ao seu comportamento em muitas áreas sociais e políticas. Elas procuram quantificar e qualificar a prevalência e a incidência de crimes, contribuindo para a formulação de políticas públicas de segurança, mas também como fontes de material básico para governantes em épocas eleitorais.

Estudos recentes (BLATTMAN, 2009; BATESON, 2012; HOLMES e PIÑERES, 2012; KERBAUY e DIAS, 2015) apontam que vítimas de violência tendem a ser mais engajadas politicamente, a votar mais e liderar comunidades. Além disso, Pérez (2015) constatou que em Honduras, a vitimização e o desemprego reduzem o voto a partidos conservadores. No mesmo ano, Perez (2015) observou que na América Latina, a vitimização não é significativa para explicar o voto incumbente nas eleições presidenciais, muito menos a saliência da violência como um problema grave. Dessa forma, é possível observar a relação entre vitimização e comportamento eleitoral, mesmo que essa área ainda seja pouco explorada.

Como variável independente sobre vitimização, no presente trabalho temos *vítima de violência*, mensurada com a pergunta: “Agora mudando de assunto, o(a) sr./sra. foi vítima de algum tipo de crime nos últimos doze meses? Ou seja, você foi vítima de assalto, roubo, sequestro relâmpago, fraude, chantagem, extorsão, ameaças violentas ou qualquer outro tipo de crime nos últimos doze meses?”.

Por outro lado, algumas pesquisas inserem características demográficas e sociais para examinar a relação com a vitimização, apontando que entre homens e mulheres há uma maior incidência de homens vítimas de violência devido a sua maior exposição ao perigo. Entretanto, as mulheres podem ser consideradas alvos mais atraentes, já que reagem menos em situações de perigo (FELSON, COHEN, 1980). Um interessante achado foi o de Borges (2013) em sua análise sobre a vitimização e o sentimento de insegurança no Brasil, que não encontrou uma diferença significativa entre o sexo das vítimas.

3.2.4 Teoria da Desorganização Social

Antes de discutir a teoria da desorganização social, deve-se salientar a importância da escola de Chicago como precursora da sociologia urbana, área que analisava as questões urbanas e suas consequências dentro da sociedade. A urbanização surgia como elemento principal que determinaria a dinâmica social de uma cidade, contribuindo para o aparecimento de classes sociais segregadas, gangues, aprofundamento das desigualdades sociais e aumento da criminalidade. (COELHO, 1988; PAIXÃO, 1988; BEATO, 2012).

Com isso, os estudos subsequentes passaram a avaliar as condições urbanas, geográficas e espaciais para identificar e combater o aumento da violência e da criminalidade, contribuindo para a expansão da literatura especializada. Cano e Santos (2001) mostraram que nos estados brasileiros a taxa de homicídios e a taxa de urbanização estavam positivamente correlacionadas, corroborando com a literatura que analisa a influência do espaço urbano com a criminalidade violenta (FAJNZYLBER et al; 1998).

Seguindo esta linha, Ramão e Wadi (2010) buscaram estudar a distribuição desigual das taxas de homicídios da cidade de Cascavel, no estado do Paraná, durante os anos de 2000 e 2006. Como resultado, constataram que em lugares onde simultaneamente a infraestrutura era precária, a desigualdade socioeconômica era alta e os serviços urbanos não eram oferecidos, apresentaram taxas de criminalidade mais elevadas (SOUZA, 2004). Portanto, a variável de controle usada é *urbanização*, medida neste estudo através dos dados extraídos quando é perguntado ao entrevistado, se mora numa zona rural ou urbana.

Na América Latina e especialmente no Brasil, tais características organizacionais se tornam relevantes para o entendimento dos níveis de vitimização e a percepção da insegurança

pelos cidadãos. Associadas a problemas como altos índices de desigualdade social e desemprego, elas potencializam o problema da violência e a recorrência de crimes na região (FAJNZYLBBER et al; 1998; SOUZA, 2004; RAMÃO e WADI, 2010).

Além disso, os indicadores como idade, raça e escolaridade também são estudados e apresentam resultados relevantes. Gênero e idade são mensurados neste trabalho pelas respectivas perguntas: “*Gênero (anotar, não pergunte): (1) Homem (2) Mulher;*” “*Quantos anos o(a) Sr.(a) tem?*” ou “*Em que dia, mês e ano o(a) sr./sra. nasceu?*” ou ainda “*Em que ano o(a) sr./sra. nasceu?*”. Já escolaridade é mensurada através das perguntas: “*Até que série o(a) Sr.(a) estudou?*” ou “*Qual foi o último ano de escola que o sr./sra. terminou? (primário, secundário, universidade, superior não-universitário).*”

Por fim, para mensurarmos a variável de controle *raça*, temos as perguntas: “*O IBGE - instituto que faz os censos no Brasil - usa os termos preto, pardo, branco, amarelo e índio para classificar a cor ou raça das pessoas. Qual desses termos descreve melhor a sua cor ou raça: 1 Preto; 2 Pardo; 3 Branco; 4 Amarelo; 5 Índio; 88 NS 99 NR.*” ou “*O IBGE - instituto que faz os censos no Brasil - usa os termos preto, pardo, branco, amarelo e índio para classificar a cor ou raça das pessoas. Qual desses termos descreve melhor a sua cor ou raça: (1) Branca (2) Pardo (3) Índio (4) Preta (5) Amarela (7) Outra (8) NS/NR.*”

Portanto, embora a literatura sobre a violência esteja sendo valorizada para traçar o perfil das vítimas, demarcar a localidade dos crimes e como base para a formulação de políticas de segurança pública (CRISP, 2002; BEATO FILHO, 2005; RATTON, et. al, 2014), pouco se tem estudado as consequências eleitorais do fenômeno. Medir o sentimento de insegurança causado pelos altos níveis de violência numa cidade ou estado, por exemplo, pode determinar o curso das eleições ou pautar a agenda do governo (LAVAREDA, 2011).

3.2.5 Teoria da Escolha Racional

Características socioeconômicas como distribuição de renda, desigualdade social e taxa de desemprego (FAJNZYLBBER et al; 1998; SOUZA, 2004; RAMÃO e WADI, 2010) são relevantes para se entender como os indivíduos ordenam suas preferências em épocas eleitorais e influenciam o voto no governo mandatário (HOLMES e PIÑERES, 2012). E para a Ciência Política, Downs (1957) contribui com uma perspectiva de um eleitor racional, entendido como um consumidor, o qual fará suas escolhas baseado em sua análise de custos e benefícios.

Ou seja, ele insere a teoria da escolha racional no cenário político. Nessa perspectiva, o eleitor tentará maximizar seus ganhos, e diminuir suas perdas, direcionando o processo político a um conjunto de preferências acumuladas e influenciadas pelo desempenho dos políticos em seus respectivos governos (OLIVEIRA e SANTOS, 2009; OLIVEIRA e ZAVERUCHA, 2015). O voto econômico afirma que os indivíduos votam com base no desempenho econômico do país, (DUCH & STEVENSON, 2008) podendo avaliar retrospectiva e prospectivamente o governo ou sua própria situação econômica atual (NETO, 2014; PEREIRA, 2014).

E para testar a relação entre a violência e o comportamento eleitoral com base na literatura sobre a teoria da escolha racional, adotou-se a variável de controle *renda familiar*, medida pelas perguntas (1) “*Somando a renda de todas as pessoas que moram na sua casa, qual é a renda familiar?*”; (2) “*Somando a renda de todas as pessoas que moram na sua casa, incluindo envios de dinheiro de pessoas que estão no exterior ou outro lugar e o salário de todos os adultos e crianças que trabalham, qual das seguintes categorias mais se aproxima da renda familiar dessa casa?*” e (3) “*Em qual das seguintes categorias se encontra a renda familiar mensal dessa casa, incluindo as remessas do exterior e a renda de todos os adultos e filhos que trabalham?*”. As três variáveis são quantitativas discretas, e apresentam dados relacionados a aspectos econômicos dos indivíduos entrevistados (DOWNS, 1957; CAMPBELL, 1960).

Contudo, não se pode considerar apenas o aspecto econômico dos indivíduos para explicar como votam ou como avaliam o governo federal. A gravidade da violência e o sentimento de insegurança captado pelos cidadãos vêm despertando o interesse por pesquisas que possam demonstrar como eles percebem a violência e se os governantes devem eleger a segurança pública como uma prioridade de governo (CARDOSO et. al, 2013; RATTON, et. al, 2014), assim como afirmam Blattman (2009) e Voors (2012) ao constatarem que indivíduos que sofreram algum ato de violência tendem a apresentar comportamentos políticos diferenciados, contribuindo para a análise da violência com base em outras abordagens teóricas além do voto econômico.

Portanto, esta primeira seção cumpriu os objetivos estipulados para este capítulo: (1) problematizou a violência como uma questão grave e saliente para os brasileiros; (2) apresentou um quadro analítico que sumariza os principais achados empíricos de estudos que relacionam

a violência e o comportamento eleitoral, apontando para a lacuna empírica por estudos nessa área, e justificou a importância desta obra para a Ciência Política; (3) Por fim, discutiu as principais teorias que baseiam as hipóteses a serem testadas, além de especificar quais são as variáveis dependentes, independentes e de controle, utilizadas neste trabalho.

A próxima seção demonstrará como está dividido o desenho de pesquisa deste projeto, quais são os procedimentos metodológicos adotados, as técnicas estatísticas utilizadas, a distribuição das variáveis e a organização do banco de dados que foi originalmente construído com base nos resultados das pesquisas de opinião pública aplicados no Brasil.

4 METODOLOGIA E RESULTADOS

Resumo

Esta seção apresenta o desenho de pesquisa e descreve as quatro hipóteses secundárias testadas no trabalho. Além disso, discute as informações sobre as variáveis e o banco de dados que foi elaborado a partir das pesquisas de opinião pública realizadas pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP), entre os anos de 2006 e 2016/2017. Também são mostradas as informações pertinentes aos métodos e técnicas estatísticas utilizadas, com o intuito de expor as limitações encontradas, e as informações produzidas pelas regressões logísticas ordinal e binomial aplicadas neste trabalho. Em seguida, examinam-se as hipóteses, com base nas teorias citadas no primeiro capítulo. Por fim, apresentam-se os resultados, com o objetivo de responder à pergunta de pesquisa: A percepção da violência reduz o apoio ao governo? Os principais achados mostram que a saliência da violência não é estatisticamente significativa para avaliar ou votar no governo mandatário. Por outro lado, ser vítima de violência reduz a chance de avaliar positivamente o governo, mas não afeta o voto no mandatário.

Palavras-chave: Desenho de pesquisa. Regressão Logística. Hipóteses.

4.1 DESENHO DE PESQUISA

King, Keohane e Verba (1994) citam quatro características que uma pesquisa deve possuir para ser considerada científica: a) objetivar criar inferências descritivas ou causais válidas; b) os procedimentos e dados utilizados devem ser públicos para que futuramente sejam replicados⁷; c) assumir que as conclusões são incertas, já que as inferências produzidas são imperfeitas; e finalmente, para ser caracterizado como científico, d) os métodos e técnicas utilizadas precisam ser também científicos (KING, KEOHANE e VERBA, 1994: 7). Deste modo, o presente trabalho pretende seguir os preceitos defendidos pelos autores, estruturando os principais componentes do desenho de pesquisa, configurados no quadro abaixo:

⁷ Materiais para futura replicação estão disponíveis no OSF no seguinte link: <https://osf.io/5843n/>

Quadro 2- Desenho de Pesquisa

População	Brasil (2006 - 2016/2017)
Amostra modelo 1	7.225 casos
Amostra modelo 2	1.167 casos ⁸
Fonte	<i>Latin American Public Opinion Project (LAPOP)</i>
Técnicas estatísticas	Regressão Logística Binomial e Ordinal
Pergunta da pesquisa	A violência reduz o apoio ao governo?
Variáveis	Dependentes: avaliação do governo federal, voto no mandatário. Independentes: vítima de violência e saliência da violência para os brasileiros.
Hipótese principal	A percepção da violência reduz o apoio ao governo.
Hipóteses secundárias	H1. indivíduos que consideram que a violência é o problema mais grave do país, avaliam negativamente o governo federal; H2. ser vítima de violência reduz a satisfação com governo federal; H3. indivíduos que consideram que a violência é o problema mais grave do país, não votam no governo mandatário; H4. ser vítima de violência reduz o voto no governo mandatário.

Fonte: Elaboração própria (2018).

Dessa forma, tem-se como fonte da pesquisa o repositório de dados do *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP), para a população brasileira entre os anos de 2006 e 2016/2017. O objetivo principal é responder à pergunta: *A violência reduz o apoio ao governo?* Para isso, são utilizadas as variáveis dependentes avaliação do governo federal, voto no mandatário; as independentes, vítima de violência, saliência da violência para os brasileiros e os controles.

⁸ Devido ao fato das pesquisas de opinião ministradas pelo LAPOP acontecerem em intervalos de dois em dois anos, a amostra foi reduzida por conta da pergunta “*Agora mudando de assunto, o(a) sr./sra. foi vítima de algum tipo de crime nos últimos doze meses? Ou seja, você foi vítima de assalto, roubo, sequestro relâmpago, fraude, chantagem, extorsão, ameaças violentas ou qualquer outro tipo de crime nos últimos doze meses?*”, havendo discrepância entre o fato de ser vítima ou não no último ano e o voto na eleição passada. Assim, a pesquisa que apresenta a pergunta e o voto para o mesmo ano e mesma eleição, foi a realizada em 2006.

4.2 HIPÓTESES SECUNDÁRIAS E VARIÁVEIS

Para fins metodológicos, foram testados dois modelos: no modelo 1, a variável dependente é *avaliação do governo federal* e no modelo 2, *voto no mandatário*. Em todos os modelos, encontram-se as seguintes variáveis independentes: *vítima de violência* e *saliência da violência* como o problema mais grave a ser enfrentado num país.

Como variáveis de controle optou-se por acrescentar aquelas que com base na literatura sobre vitimização, desorganização social e escolha racional, influenciam as variáveis independentes, sendo elas: *Nível de escolaridade, Gênero, Idade, Raça, Renda familiar e Urbanização*. As hipóteses secundárias a serem testadas correspondem às relações esperadas entre as variáveis dependentes e independentes de cada modelo, portanto, também estão baseadas nas teorias da saliência do problema, vitimização e *accountability* vertical (BERELSON et al. 1954; PRZEWORSKI et al. 1999; WLEZIEN 2005; MELO, 2007; CARDOSO et. al, 2013; RATTON, et. al, 2014; PAVÃO, 2016).

No primeiro modelo, serão testadas as hipóteses de que (1) *ser vítima de violência reduz a satisfação com governo federal* e (2) *indivíduos que consideram que a violência é o problema mais grave do país, avaliam negativamente o governo federal*. Com base nas constatações de Pérez (2015), o segundo modelo testa as hipóteses de que (3) *ser vítima de violência reduz a intenção de voto no candidato mandatário* e (4) *indivíduos que consideram que a violência é um dos problemas mais graves do país, não votam no governo mandatário*. O quadro 3 esquematiza os modelos e agrupa as hipóteses a serem testadas em cada um:

Quadro 3- Hipóteses secundárias:

MODELO 1	H1	indivíduos que consideram que a violência é o problema mais grave do país, avaliam negativamente o governo federal.
	H2	ser vítima de violência reduz a satisfação com governo federal.
MODELO 2	H3	indivíduos que consideram que a violência é o problema mais grave do país, não votam no governo mandatário.
	H4	ser vítima de violência reduz o voto no governo mandatário.

Fonte: Elaboração própria (2018).

4.3 BANCO DE DADOS

Para criar o banco de dados⁹, as variáveis foram extraídas dos *surveys* amostrais aplicados no Brasil, a cada dois anos a partir de 2006 até 2016/2017, disponibilizados pelo o *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP), instituição que oferece pesquisas de opinião pública e comportamento democrático abrangendo os países americanos. O recorte temporal foi delimitado entre os anos de 2006 e 2016/2017 devido à disponibilidade dos dados. O principal objetivo é criar inferências válidas sobre a relação entre *apoio ao governo* e *violência*. As variáveis de controle são aquelas que podem afetar a variável dependente, mas quando utilizadas deliberadamente, são neutralizadas e proporcionam maior confiabilidade ao modelo (KING, 1995).

As teorias da vitimização, desorganização social e da escolha racional, afirmam que as características individuais como gênero, idade, raça, renda familiar, nível de escolaridade e se a vítima mora numa zona urbana ou rural, podem condicionar a existência de crimes e consequentemente, de vítimas num local. Por isso, optamos por incluir no modelo como variáveis de controle, (3) *Nível de escolaridade*; (4) *Gênero*; (5) *Raça*; (6) *idade*; (7) *Renda familiar*; (8) *Urbanização*, a fim de aumentar o poder explicativo da inferência causal a ser testada (EHRlich, 1973; FAJNZYLBer et al. 1998; CERQUEIRA, et al. 2004; RAMÃO et al. 2010). Abaixo, estão as variáveis dependentes, independentes, as de controle e sua classificação:

Quadro 4- Classificação das Variáveis:

Variáveis		Classificação
DEPENDENTES	Avaliação do Governo federal	Qualitativa ordinal
	Voto no mandatário	Qualitativa Binominal
INDEPENDENTES	Vítima de violência	Qualitativa Binomial
	Saliência da violência para os brasileiros	Qualitativa Binomial

⁹ Os dados foram coletados de novembro de 2017 a janeiro de 2018.

CONTROLE	Nível de escolaridade	Quantitativa Discreta
	Gênero	Qualitativa Binomial
	Raça	Qualitativa Binomial
	Idade	Quantitativa Discreta
	Renda Familiar	Quantitativa Discreta
	Urbanização	Qualitativa Binomial

Fonte: Elaboração própria (2018).

4.4 REGRESSÃO LOGÍSTICA ORDINAL E REGRESSÃO LOGÍSTICA BINOMIAL

Em primeiro lugar, deve-se salientar que uma Regressão logística ordinal ou binomial possui o mesmo objetivo de uma regressão linear tradicional, que é o de encontrar o melhor ajuste e o modelo mais parcimonioso e clinicamente interpretável para descrever a relação entre uma variável dependente e um conjunto de variáveis independentes. Na regressão logística ordinal, a variável dependente é ordinal, na binomial, é dicotômica ou binária (JACCARD, 2001; HOSMER, LAMERSHOW, STURDIVANT, 2013).

Por isso, no modelo 1, a variável dependente é *a avaliação do governo* mandatário, classificada como qualitativa ordinal, portanto, é utilizada a técnica de regressão logística ordinal. No modelo 2, será empregada a regressão logística binomial, tendo como variável dependente *voto no mandatário*, classificada como qualitativa binomial. A seguir, segue o quadro com as variáveis, suas respectivas perguntas e como são mensuradas nos *surveys*:

Quadro 5- Mensuração das variáveis nos surveys

Variáveis	LAPOP
Avaliação do governo	“Falando em geral do atual governo, como o(a) sr./sra. avalia o trabalho que o Presidente Lula está realizando: [Leia as alternativas]” (1) muito bom (2) Bom (3) Nem bom, nem mau (regular) (4) Mau (5) muito mau (péssimo) (88) NS (98) NR
Voto no mandatário	“Em qual dos candidatos o sr./sra. votou para Presidente no primeiro turno das eleições presidenciais?”
Vítima de violência	“Agora mudando de assunto, o(a) sr./sra. foi vítima de algum tipo de crime nos últimos doze meses? Ou seja, você foi vítima de assalto, roubo, sequestro relâmpago, fraude, chantagem, extorsão, ameaças violentas ou qualquer outro tipo de crime nos últimos doze meses?” (1) Sim (2) Não
Saliência da violência para os brasileiros	“Na sua opinião, qual é o problema mais grave que o país está enfrentando?”
Nível de escolaridade	“Até que série o(a) Sr. (a) estudou?” ou “Qual foi o último ano de escola que o sr./sra. terminou?”
Gênero	“Gênero (anotar, não pergunte):” (1) Homem (2) Mulher
Raça	“O IBGE - instituto que faz os censos no Brasil - usa os termos preto, pardo, branco, amarelo e índio para classificar a cor ou raça das pessoas. Qual desses termos descreve melhor a sua cor ou raça:” 1 Preto; 2 Pardo; 3 Branco; 4 Amarelo; 5 Índio; 88 NS 99 NR ou “O IBGE - instituto que faz os censos no Brasil - usa os termos preto, pardo, branco, amarelo e índio para classificar a cor ou raça das pessoas. Qual desses termos descreve melhor a sua cor ou raça:” (1) Branca (2) Pardo (3) Índio (4) Preta (5) Amarela (7) Outra (8) NS/NR
Idade	“Quantos anos o(a) sr (a) tem?” ou “Em que dia, mês e ano o(a) sr./sra. nasceu?” ou Em que ano o(a) sr./sra. nasceu?”
Renda Familiar	“Somando a renda de todas as pessoas que moram na sua casa, qual é a renda familiar?” ou

	<p>“Somando a renda de todas as pessoas que moram na sua casa, incluindo envios de dinheiro de pessoas que estão no exterior ou outro lugar e o salário de todos os adultos e crianças que trabalham, qual das seguintes categorias mais se aproxima da renda familiar dessa casa?”</p> <p>ou</p> <p>“Em qual das seguintes categorias se encontra a renda familiar mensal dessa casa, incluindo as remessas do exterior e a renda de todos os adultos e filhos que trabalham?”</p>
Urbanização	1. Urbano 2. Rural

Fonte: Elaboração própria (2018).

4.5 RESULTADOS

4.5.1 Modelo 1

Neste primeiro modelo, pretende-se analisar o efeito que essas variáveis possuem sobre como os indivíduos avaliam o governo. E com base na literatura sobre vitimização e saliência do assunto, espera-se um efeito negativo sobre o apoio ao governo, dessa forma foram testadas as seguintes hipóteses:

H1- indivíduos que consideram que a violência é o problema mais grave do país, avaliam negativamente o governo federal;

H2- ser vítima de violência reduz a satisfação com o governo federal.

O segundo quesito a ser observado, é se elas são estatisticamente significativas para explicar o mecanismo causal que as relacionam. Para isso, os coeficientes da regressão logística ordinal são acompanhados do p-valor¹⁰ para cada variável independente, a um nível de significância de 0,05 (5%). A magnitude do efeito das variáveis será apresentada a fim de saber a intensidade dessa associação e é observada pelo *odd ratio*¹¹ dos coeficientes da regressão.

¹⁰ O p-valor é observado pelos asteriscos (*) na tabela de regressão. Um ou dois asteriscos indicam um p-valor menor que o parâmetro de 0,05, o que dá indícios de que a associação é significativa, dessa forma rejeita-se a hipótese nula de que não há associação entre as variáveis.

¹¹ O *Odd Ratio* é a exponencial do coeficiente da regressão e nos permite interpretá-lo em termos de razão de chance. Um *odd ratio* maior do que 1, indica uma associação positiva entre a variável preditora e o fenômeno de interesse. Um valor menor que 1, indica um efeito negativo.

Abaixo, segue a tabela com os *odds ratio* dos coeficientes de regressão e a significância de cada variável para o modelo 1:

Tabela 1- Odds ratio da regressão logística ordinal

	Avaliação do governo federal
Saliência da violência (violência)	0.951 (0.061)
Vítima de violência (vítima)	0.804*** (0.060)
Gênero (homem)	1.095** (0.044)
Idade	1.000 (0.002)
Escolaridade	0.978*** (0.006)
Renda Familiar	0.955*** (0.005)
Raça_Branco	0.934 (0.168)
Raça_Índio	0.852 (0.193)
Raça_Outra	1.838*** (0.298)
Raça_Pardo	1.291 (0.168)
Raça_Preto	1.274 (0.179)
Urbanização (urbano)	0.752*** (0.063)
N	7.225
Log Likelihood	-9351.179
Pseudo.R.squared McFadden	0.0142819
Cox and Snell (ML)	0.0368106
Nagelkerke (Cragg and Uhler)	0.0396821

*** p < .01; ** p < .05; * p < .1

Como observado, *saliência da violência* possui um efeito negativo¹² e não significativo sobre a *avaliação do governo federal*. Isso implica dizer que, os indivíduos que consideraram a violência como o problema mais grave do país, têm uma redução de 5% na chance de avaliar bem o governo. Do outro lado, *vítima de violência* possui um efeito negativo e significativo¹³ sobre a avaliação, indicando que o fato de ser vítima de violência, reduz em 20%, a chance de avaliar bem o governo.

4.5.2 Modelo 2

Dentro da literatura sobre as teorias da vitimização e saliência do assunto, espera-se que as variáveis independentes também possuam um efeito negativo sobre o voto no governo mandatário, dessa forma foram testadas as seguintes hipóteses:

H3- indivíduos que consideram que a violência é o problema mais grave do país, não votam no governo mandatário;

H4- ser vítima de violência reduz o voto no governo mandatário.

Neste modelo, a variável dependente é *voto no mandatário*, e as independentes são as mesmas do modelo 1. Segue a tabela dos coeficientes da regressão logística binomial:

Tabela 2- Odds ratio da regressão logística binomial

	Voto no mandatário
Saliência da violência (violência)	1.056 (0.159)
Vítima de violência (vítima)	0.994 (0.168)
Gênero (homem)	1.063 (0.121)
Idade	1.002 (0.004)
Escolaridade	0.991 (0.015)

¹²Não foi possível formular o gráfico da razão de chance (*Odd Ratio*) para a variável dependente *avaliação do governo federal* devido à falta de códigos no *R statistical package* para uma Regressão Logística do tipo Ordinal.

¹³Dado o grande número de casos no modelo 1, o que poderia naturalmente ‘inflar’ a significância estatística de alguma variável, optamos por também realizar o mesmo modelo com outras duas amostras aleatórias (5000 casos e 1000 casos) do mesmo banco de dados, no qual encontramos os mesmos efeitos da amostra original. Encontrou-se congruência entre os resultados dos modelos, tanto no efeito quanto na significância das variáveis de interesse.

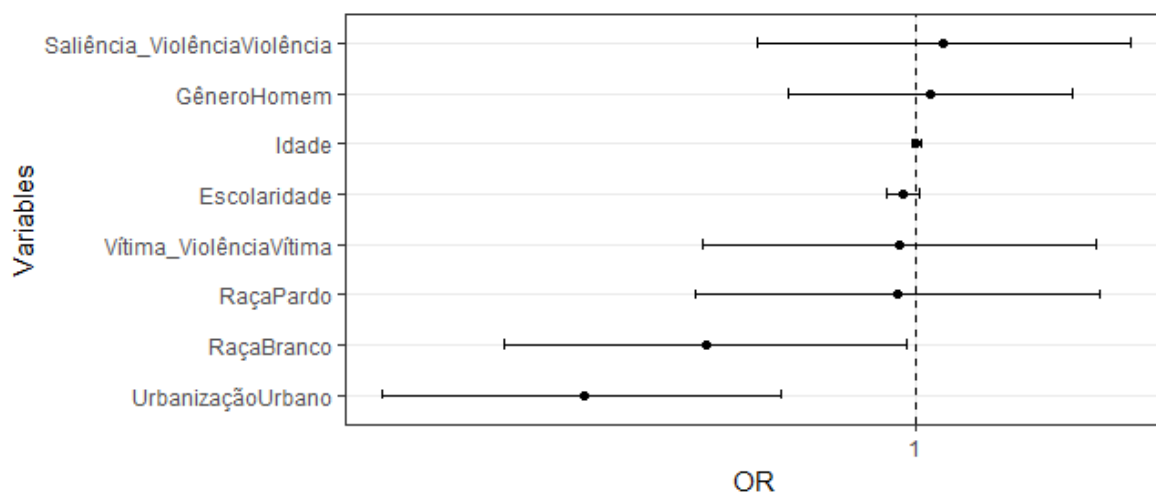
Renda Familiar	0.891*** (0.031)
Raça_Branco	0.770 (0.191)
Raça_Pardo	0.995 (0.172)
Urbanização (urbano)	0.630*** (0.170)
Constant	3.429*** (0.326)
N	1167
Log Likelihood	-790.061
Pseudo.R.squared McFadden	0.0163916
Cox and Snell (ML)	0.0223115
Nagelkerke (Cragg and Uhler)	0.0298460
*** p < .01; ** p < .05; * p < .1	

Elaboração própria (2018).

Os resultados¹⁴ da regressão informam que a variável *saliência da violência* possui um efeito positivos obre o voto, porém, o efeito não foi significativo. Nesse caso, não é possível rejeitar a hipótese nula de que não há efeito na relação. Para *vítima de violência*, o efeito foi negativo e não significativo. Dessa forma, implica dizer também que a hipótese nula não pode ser rejeitada. O gráfico a seguir, mostra os *odds ratio* das variáveis independentes para o modelo de regressão logística binomial¹⁵:

¹⁴ Vale salientar que, em 2006, o LAPOP não entrevistou nenhuma pessoa da cor preta ou amarela.

¹⁵ O gráfico mostra o valor dos *odds ratio* de cada variável no modelo, bem como seu desvio-padrão. A localização dos círculos indicam os efeitos, e se estiverem posicionados no lado direito da linha pontilhada, o efeito é positivo, e no lado esquerdo, negativo. Variáveis que apresentam um desvio-padrão que passa pela linha, não são consideradas estatisticamente significativas.

Gráfico 3- Razão de chance (*Odd ratio*)

Elaboração própria (2018).

Portanto, levando em conta a significância e a magnitude do efeito das variáveis de interesse, não é possível afirmar que a saliência da violência reduz voto no governo mandatário. Por outro lado, ser vítima de violência reduz em 20% a chance de avaliar positivamente o governo federal. Dessa forma, considera-se que este trabalho está na contramão dos estudos que relacionam a saliência da violência e a vitimização com o voto no governo incumbente. De uma forma geral, o efeito da vitimização foi significativo apenas para avaliar o governo, e não para votar nele. O quadro a seguir compara os efeitos esperados e observados:

Quadro 6- Quadro de comparação entre os efeitos esperados e os resultados observados:

Variável independente	Efeito esperado	Efeito observado modelo 1	Significância Modelo 1	Efeito observado modelo 2	Significância Modelo 2
Saliência da violência	negativo	negativo	Não significativa	positivo	Não significativa
Vítima de violência	negativo	negativo	Significativa	negativo	Não significativa

Elaboração própria (2018).

4.6 LIMITAÇÕES

Um ponto a ser considerado é que estudos recentes sobre vitimização e *accountability* (ARCE, 2003; CUMMINS, 2009; HOLMES e PIÑERES, 2012; PÉREZ, 2015 e VISCONTI, 2017) apontam para o efeito negativo que a variável vítima de violência pode exercer nas variáveis dependentes avaliação do governo, aprovação presidencial e voto no governo federal. Contudo, não explica o oposto: ser vítima de violência realmente importa para explicar o apoio ao governo federal? A teoria precisa oferecer possíveis explicações para ambos os lados, mostrando a força de seu poder explicativo mesmo para resultados controversos.

Outro questionamento relevante diz respeito à teoria da saliência do assunto: indivíduos que consideram que a violência é um dos problemas mais graves a ser enfrentado por um país, realmente responsabilizam o governo federal? O que se espera na literatura é que eles punam seus governantes (BUDGE, 2015; PAVÃO, 2016), principalmente se o país estiver passando por ondas de violência ou por apresentar altas taxas de criminalidade e homicídios. Entretanto, a literatura não explica por que indivíduos que mesmo considerando a violência um tema grave, não votam no governo incumbente (PÉREZ, 2015).

É importante salientar as limitações desta dissertação no que diz respeito ao tamanho da amostra de cada modelo. Com relação à amostra de 7.225 casos para o modelo 1¹⁶, o mesmo apresentou valores significativos para a maioria das variáveis. Isso era esperado, já que em amostras muito grandes, qualquer efeito tende a ser detectado, independente da sua magnitude (FIGUEIREDO FILHO ET AL, 2013). Por isso, optou-se por retirar duas amostras aleatórias dos 7.225 respondentes, uma com 5.000 entrevistados, e outra com 1.000 entrevistados, encontrando congruência entre os resultados tanto no efeito quanto na significância das variáveis de interesse da amostra original.

Já com relação à amostra do modelo 2, o número de entrevistados foi de 1.167, menor que o modelo 1. Isso ocorreu porque a única pesquisa que coincidia o fato de ser vítima nos últimos doze meses e votou ou não votou no governo mandatário na eleição vigente, foi a realizada em 2006.

¹⁶ O Pseudo-R para cada modelo, também está no apêndice.

Ainda no modelo 2, o LAPOP não apresentou nenhum dado para as raças negra e amarela. Assim, nesta seção, objetiva-se apresentar os resultados para os modelos 1 e 2, e realizar uma comparação entre os resultados esperados pela literatura, e os observados neste trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperar que as eleições nacionais determinem as preferências de uma maioria ou que expliquem o comportamento do eleitorado com relação a certos temas, pode se tornar um cenário ambicioso e irreal em certas ocasiões. Estudos recentes mostram que a violência reduz o voto para presidente e afeta negativamente a avaliação do governo. Além disso, a teoria da saliência defende que temas considerados salientes e graves, possuem efeitos eleitorais, podendo favorecer governos ou partidos, em detrimento de outros (BUDGE, 2015). E mesmo que na última década a violência tenha sido considerada um dos problemas mais graves no Brasil, não apresentou significância estatística para explicar o voto no mandatário ou como os indivíduos avaliam o governo federal.

Dentro da literatura sobre a vitimização, constatou-se que vítimas de violência são mais engajadas politicamente, comparecem mais às urnas, lideram comunidades e são mais engajadas civicamente. Dessa forma, seria esperado que vítimas de violência punissem seus governantes se os consideram responsáveis pela sua situação atual de vulnerabilidade. Contudo, o que se observou foi que ser vítima de violência no país reduz em 20% a chance de avaliar bem o governo federal, mas não de votar no mandatário.

Portanto, os achados deste trabalho seguem a direção oposta dos estudos que ligam a saliência e a vitimização com o voto no mandatário, além disso, corrobora com as constatações de Pérez (2015) de que nem a saliência da violência nem a vitimização são significativas para esta explicar o voto no incumbente. Para tentar entender este paradoxo, a resposta pode estar na interpretação dos brasileiros sobre que órgão atribuir a competência da segurança pública, como uma consequência direta da falta de clareza da responsabilidade resultante da fragmentação do poder. Segundo Sampaio (2014), o processo de atribuição de responsabilidade é um dos mais importantes para se avaliar o governo, e consequentemente, o voto no mandatário. E no Brasil, mesmo que a pesquisa tenha sido realizada para avaliar o governo federal, cabe aos governos estaduais a responsabilidade de assegurar o bem-estar e a segurança dos cidadãos. Nesse sentido, a noção de responsividade não pode ser aplicada se os eleitores não estão aptos para atribuir responsabilização na autoria legal das ações. Ou seja, deve haver um acompanhamento por parte da população com relação à classe política, para garantir a divisão de competências e, consequentemente, a *accountability* na sociedade (SAMPAIO, 2014; BARTELS, 2015). Portanto, é importante frisar que generalizações feitas a partir de

teorias acerca dos determinantes do voto, quando não consideram as heterogeneidades no cálculo eleitoral dos indivíduos, correm o risco de criar cenários irreais (PEREIRA, 2014).

As implicações práticas desta dissertação vão além de apenas trazer resultados para os testes de hipóteses, elas possuem o papel de testar as teorias em explicar resultados divergentes. Até que ponto os indivíduos punem seus governantes a partir dos acontecimentos mais relevantes? Quem eles responsabilizam, e pelo que? Uma boa sugestão para trabalhos futuros, é testar qual órgão público o indivíduo responsabiliza a falta de segurança gerada pelo aumento da violência e como a *accountability* e a responsividade conversam entre si. Outra sugestão é inserir o papel das emoções do eleitor (LAVAREDA, 2011) como estímulos para se entender como os brasileiros avaliam o governo ou até que medida elas podem determinar o voto no mandatário.

De uma forma geral, deve-se salientar a importância deste trabalho para a ciência política ao preencher a lacuna empírica sobre a relação entre a violência e o comportamento eleitoral, além de mensurar a violência através do ponto de vista da vítima. A dissertação também contribui para a formulação de campanhas eleitorais focadas no combate à violência como um fenômeno que atinge o eleitor diretamente. De uma forma geral, este trabalho identifica os efeitos eleitorais produzidos pela violência, gerando informações que futuramente poderão ser amplamente discutidas por outros pesquisadores e estudiosos sobre o assunto.

Por fim, este estudo conclui que não é possível afirmar que a violência reduz o voto no governo mandatário, mas afeta negativamente a avaliação do governo federal.

REFERÊNCIAS

- ACHEN, Christopher H; BARTELS, Larry A. **Democracy for realists Why Elections Do Not Produce Responsive Government**. Princeton University Press, 2016.
- ALVAREZ, M.C. **Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil**. IBCCRIM, São Paulo, 2003.
- ANDERSON, Christopher, J. **The end of economic voting? Contingency dilemmas and The Limits of Democratic Accountability**. Annual Review of Political Science, vol, 10, pages 271-296. 2007.
- ARCE, Moisés. **Political Violence and Presidential Approval in Peru**. The Journal of politics, Volume 65, Issue 2. Pages 572–583. 2003.
- AVILA, C.F.D.; XAVIER, L.O. **A qualidade da democracia no Brasil: questões teóricas e metodológicas da pesquisa**. Curitiba, PR:CVR, 527-539. 2016.
- AZPURU, Dinorah. 2003. **Democracy at Risk: Citizens' Support for Undemocratic Options**. PhD thesis Pittsburgh University. Disponível em: <https://goo.gl/eZorXq>. Acesso em: 18 out. 2017.
- BEATO FILHO, C. C. **Estudo de Casos “Fica Vivo” Projeto Controle de Homicídios em Belo Horizonte**. Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial, 2005.
- BECKER, G. **Crime and punishment: na economic approach**. Journal of Political Economy, v. 76, n. 2, pp. 196-217. 1968.
- _____. e WETZELL, R. F. **Criminals and their Scientists: the History of Criminology in International Perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- BERELSON, Bernard R., Paul Lazarsfeld, and William N. McPhee. **Voting: A Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign**. Chicago: University of Chicago Press. 1954.
- BERENS, Sarah; DALLENDORFER, Mirko. **Apathy or Anger? How Crime Experience Affects Individual Vote Intention in Latin America and the Caribbean**. Paper presented at the Latin American Studies Conference, Peru, 2017.
- BETESON, Regina. **Crime victimization and political participation**. American Political Science Review 106 (03): 570–587, 2012.
- BLATTMAN, Christopher. **From Violence to Voting: War and Political Participation in Uganda**. American Political Science Review, 103: 231-247. 2009.
- BORGES, Doriam. **Vitimização e sentimento de insegurança no Brasil em 2010: teoria, análise e contexto**. Revista Mediações, vol 8 no 1, pp 141-163. Londrina, Jan/Jun de 2013.

BORSANI, Hugo. **Eleições e Desempenho macroeconômico na América Latina (1979-1998)**. DADOS -Revista de Ciências Sociais, Vol. 44, no 3, pp. 481 a 512. Rio de Janeiro, 2001.

BRAGA, A. A.; KENNEDY, D. M.; WARING, E. J.; PIEHL, A. M. **Problem-oriented policing, deterrence, and youth violence: An evaluation of Boston's Operation Ceasefire**. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 38, 195-225. 2001.

BUDGE, I. & FARLIE, D. **Explaining and predicting elections**. London: George Allen & Unwin. 1983a.

_____. **Issue Emphases, Saliency Theory and Issue Ownership: A Historical and Conceptual Analysis**. *West European Politics*, Vol. 38, No. 4, 761-777, 2015.

CAMPBELL, A. **The american voter**. New York, Wiley. 1960.

CANO, Ignacio; SANTOS, Nilton. **Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil**. Rio de Janeiro: 7, Letras, 2001.

CARDOSO, Gabriela Ribeiro; SEIBEL, Arni José; MONTEIRO, Felipe MATOS; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. **Percepções sobre a sensação de segurança entre os brasileiros: investigação sobre condicionantes individuais**. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, vol. 7, n. 2, 144-161. 2013.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Representação política como congruência entre as preferências dos cidadãos e as políticas públicas: uma revisão da literatura internacional**. *Opinião Pública*, Campinas, v.21, n.2, p. 393-430, ago. 2015.

CASTRO, M.M. **Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política**. Rio de Janeiro (tese de doutorado) IUPERJ, 1994.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. (2004). **Determinantes da Criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos**. DADOS, *Revista de Ciências Sociais*, vol. 47, n. 2, 233-269. 2004.

COELHO, E.C. **A criminalidade urbana violenta**. *Dados*, 31(2):145- 183, 1988.

CRISP. Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais. **Pesquisa de Vitimização em Belo Horizonte**. Relatório de Pesquisa, 2002.

CRUZ, Tércia M.F. **A Influência da Mídia na Percepção sobre a Violência: as comunicações e denúncias à central de emergência 190**. (dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão de Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina); UFSC, 2009.

CUMMINS, Jeff. **Issue Voting and Crime in Gubernatorial Elections**. Volume 90, Issue 3.

DAHL, Robert A. **A Preface to Democratic Theory**. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo, Edusp, 1998 (1957).

DUCH, R.M; STEVENSON, R.T. **The Economic Vote: How Political and Economic Institutions Condition Election Results**. New York: Cambridge University Press, 2008.

EHRlich, I. **Participation in Illegitimate Activities: A Theoretical and Empirical Investigation**. Journal of Political Economy, vol.81, pp.521-565.1973.

FAJNZYLBER, P., LEDERMAN, D. e LOAYZA, N. (1998). **Determinants of Crime Rates in Latin America and the World: An Empirical Assessment**. Washington, DC, World Bank Latin American and Caribbean Studies.

FELSON, Marcus; COHEN, Lawrence E. **Human ecology and crime: a routine activity approach**. Human Ecology, New York, v. 8, p. 389-406, 1980.

FIGUEIREDO FILHO; Dalson Britto; SILVA JÚNIOR, José Alexandre da. **Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r)**. Revista Política Hoje, v. 18, n. 8, p. 115-146, 2009. Disponível em: <http://www.ufpe.br/politica/hoje/index.php/politica/article/view/6>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. SILVA JUNIOR, J. e ROCHA, E. **O que fazer e o que não fazer com a regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO)**. Revista Política Hoje, v. 20, 1, 44-99, 2011.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto et al. **When is statistical significance not significant?** Brazilian Political Science Review, v. 7, n. 1, p. 31-55, 2013.

GARLAND, D. **The criminal and his science**. The British Journal of Criminology, v. 25, n. 2, April, pp. 109-37, 1985.

_____. **As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 13, nov. 1999.

_____. **The Culture of Control: crime and social order in contemporary society**. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

GIBSON, M. **Born to Criminal: Cesare Lombroso and the Origins of Biological Criminology**. New York: Praeger Publishers, 2002.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. 6. ed. São Paulo: Editora UNESP, 180 p. 1991.

GOMES, Ana Paula P. F. **Como morre uma mulher? Configurações da violência letal contra mulheres em Pernambuco**. (tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia); UFPE, 2014.

HOLMES, Jennifer S; PINERES, Sheila A. G. **Party system decline in Colombia: A subnational Examination of Presidential and Senate elections from 1994 a 2006**. Democracy and Security, 8: 175-90. 2012a.

HOSMER, David; LEMESHOW, Stanley e STURDIVANT, Rodney. **Applied Logistic Regression**. John Wiley & Sons, Inc., 2013.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli; DIAS, André Luiz Vieira. **Engajamento cívico e escolaridade superior: as eleições de 2014 e o comportamento político dos brasileiros**. Rev. Sociol. Polit., v. 23, n. 56, p. 149-181, dez. 2015.

KING, Garry.; KEOHANE, Robert. e VERBA, Sidney. **Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

_____. **Replication, Replication**. PS: Political Science and Politics 28, p. 443-499, 1995.

KRONICK, Dorothy. **Crime and Electoral Punishment**. Working paper, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/AUNdED>. Acesso em: 30 out. 2018.

JACCARD, James. **Interaction effects in logistic regression**. Series: Quantitative applications in the social sciences. Sage Publications, Inc. 2001.

LAVAREDA, Antonio. **Neuropolítica: o papel das emoções**. Revista USP, São Paulo, n.90, p. 120-146, junho/agosto de 2011.

LIMA, Marcelo P. **Municípios Rentistas: royalties e competição política nos municípios brasileiros**. (tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política); UFPE, 2017.

LIPSET, S. M. **O homem político**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

MAINWARING, S. **Electoral Volatility in Brasil**. Party Politics. v. 4, n. 4, Oct., p. 53-45. 1998.

MAPA DA VIOLÊNCIA DO BRASIL. 2013. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em: 15 nov. 2017.

MARSHALL, John. **Political Information Cycles: When Do Voters Sanction Incumbent Parties for High Homicide Rates?** Unpublished Manuscript, Columbia University, 2015.

MCGARRELL E. F.; CHERMAK S.; WILSON, J.; CORSARO, N. **Reducing homicide through a “lever-pulling” strategy**. Justice Quarterly, 23, 214-231, 2006.

MELO, Marcus. **O viés majoritário na política comparada: responsabilização, desenho institucional e qualidade da democracia**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 22, n. 63, pp. 11 a 29. 2007.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Defesa Social. **Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo!** Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2009.

NEWMAN, Graeme; PRIDEMORE, William A. **Theory, Method, and Data in Comparative Criminology**. Criminal Justice. v. 4, n. 4, Washington, DC: US Department of justice. 2000.

NETO, Luma. **Economia e a escolha do eleitor: de FHC a DILMA**. Recife, (monografia apresentada ao curso de Ciência Política com ênfase em Relações Internacionais); UFPE, 2014.

RODRIGUES, Nina R. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1934.

OLIVEIRA, Adriano; SANTOS, Roberto. **Boas administrações elegem candidatos? Análise do comportamento dos eleitores em sete capitais brasileiras nas eleições de 2008**. Revista Debates, Porto Alegre, vol. 3, nº 2. P. 116-138. 2009.

_____. ZAUERUCHA, Jorge. 2015. **Manifestações do crime organizado e governo de coalizão em Pernambuco**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 4, p. 331-353, Brasília, 2010.

PAVÃO, Nara. **Conditional Cash Transfer Programs and Electoral Accountability: Evidence from Latin America**. University of Miami, 2016.

PAIXÃO, A. L. **Crime, controle social e consolidação da cidadania**. In: REIS, F. & O'DONNELL, G. (eds.). A democracia no Brasil. São Paulo, Vértice. p. 168-199, 1988.

PEREIRA, Frederico Batista. **Voto econômico retrospectivo e sofisticação política na eleição presidencial de 2002**. Revista Sociologia Polit. Curitiba, v. 22, n.50, p.149-174, jun. 2014.

PERNAMBUCO. Governo do Estado. **Plano Estadual de Segurança Pública**. Pernambuco, 2007.

PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento e Gestão. **O Pacto Pela Vida**. 2016. Disponível em: <http://www.seplag.pe.gov.br/web/ppv/pacto-pela-vida>. Acesso em: 11 nov 2017.

PEREZ, Orlando J; **Democratic Legitimacy and Public Insecurity: Crime and Democracy in El Salvador and Guatemala**. Political Science Quarterly, 118: 627-644. 2003.

_____. **Crime, Insecurity and Erosion of Democratic Values in Latin America**. Revista Latino Americana de Opinión Pública, 1: 61-86. 2011.

_____. **The Impact of crime on voter choice in Latin America**. In The Latin American voter. New Comparative Politics, 2015.

_____. **Crime Diminishes Political Support and Democratic Attitudes in Honduras**. Americas Barometer Insights: Number 125. Latin American Public Opinion Project Insights series, 2015.

PIZA, Evandro Duarte. **Criminologia e Racismo**. Curitiba: Juruá, 2002.

PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C; and MANIN, Bernard. **Democracy, Accountability, and Representation**. Cambridge: Cambridge University Press. 1999.

QUETELET, A. **A treatise on man and the development of his faculties**. Edinburgh: William and Robert Chambers Pubs, 1842.

RAMÃO, Fernanda Pamplona; WADI, Yonissa Marmitt. **Espaço urbano e criminalidade violenta: análise da distribuição espacial dos homicídios no município de Cascavel/PR**. Revista Sociologia Política, v. 18, n. 35, p. 207-230, Curitiba, fev. 2010.

RATTON, J. L.; GALVÃO, C.; FERNANDEZ, M. **O Pacto pela Vida e a redução de homicídios em Pernambuco**. Instituto Igarapé: *Artigo Estratégico*, 2014. Disponível em <http://igarape.org.br/wp-content/uploads/2014/07/artigo-8-p2.pdf>. Acesso em: 18 Jun 2018.

RIBEIRO, Eduardo. CANO, Ignacio. **Vitimização letal e desigualdade no Brasil Evidências em nível municipal**. Revista Civitas, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 285-305, abr.-jun. 2016.

SAMPAIO, Thiago. **Popularidade Presidencial: Análise dos Microfundamentos do Suporte Público da presidente Dilma Rousseff**. (tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política); UFMG, 2014.

SINGER, Matthew M. **Who says It's the Economy? Cross-National and Cross-Individual Variation in the Salience of Economic Performance**. Comparative Political Studies, 44:284-312, 2011.

SOARES, G. A. D. **O sentimento de insegurança: teorias, hipóteses e dados**. In: DUARTE, M. S. de B. (Coord.); PINTO, A. S.; CAMPAGNAC, V. (Orgs.). Pesquisa de condições de vida e vitimização de 2007. Rio de Janeiro: Rio Segurança, 2008.

SOUTO, Rayone M. C. V., et al. **Violência de gênero: comparação da mortalidade por agressão em mulheres com e sem notificação prévia de violência**. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n9/1413-8123-csc-22-09-2929.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

SOUZA, M. J. L. **Alguns aspectos da dinâmica recente da urbanização brasileira**. In: FERNANDES, E. & VALENÇA, M. (orgs.). *Brasil urbano*. Rio de Janeiro : Mauad, 2004.

SOUZA, Leticia G; PEIXOTO, Betânia; LIMA, Renato Sérgio. **Uma análise sistêmica: vitimização e políticas de segurança em São Paulo**. Revista do Serviço Público Brasília 63 (2): 217-236 abr/jun 2012.

TORO, Weily; TIGRE, Robson; SAMPAIO, Breno. **Ambient light and Homicides**. working paper. 2016.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME; UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE. **Manual on victimization surveys**. Geneva, 2010. Disponível em: <http://www.unicri.it/institute>. Acesso em: 30 nov.2017.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME; Geneva, 2012. Disponível em: <http://www.unicri.it/institute>. Acesso em: 30 nov. 2017.

VISCONTI, Giancarlo. **Policy Preferences after Crime Victimization: Panel and Survey Evidence from Latin America**. Columbia University, 2017. Disponível em: <http://giancarlovisconti.com/pdfs/Visconti.2017.Crime.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2017.

VOORS, Maarten.J; NILLESEN, Eleonora E. M; VERWINP. Philip; ERWIN, H. Bulte; LENSINK, Robert; SOEST, Daan P. Van. **Violent conflict and behavior: a field experiment in Burundi**. American Economic Review, 102: 941-964, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; **Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência 2014**. Disponível em: file:///Users/Pedrofilho/Downloads/9789241564793_por.pdf. Acesso em: 01 dez. 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; **Preventing suicide: a global imperative**. 2014. Disponível em: http://www.who.int/mental_health/suicide-prevention/exe_summary_english.pdf?ua=1. Acesso em: 01 dez. 2017.

WLEZIEN, Christopher. **On the Salience of Political Issues: The Problem with Most Important Problem**. Electoral Studies, 24, 4: 555–79. 2005.

WOLFGANG, Marvin E. Cesare Lombroso. In: MANNHEIM, Hermman (ed.). **Pioneers in Criminology**. pp. 232-91. New Jersey, 1972.

APÊNDICE A- TABELAS 3-8

Tabela 3: Dados Gerais das variáveis

VARIÁVEL	ANO	TERRITÓRIO	FONTE	TABELA	MENSURACÃO	OBS.
DEPENDENTE: Avaliação de governo (federal)	2006,2008, 2010,2012, 2014, 2016/2017	BRASIL	LAPOP	[M1]Falando em geral do atual governo, como o(a) sr./sra. avalia o trabalho que o Presidente Lula está realizando [Leia as alternativas] (1)Muito bom (2) Bom (3) Nem bom, nem mau (regular) (4) Mau (5) Muito mau (péssimo) (88) NS (98) NR	Variável qualitativa ordinal	
DEPENDENTE: Voto incumbente (federal)	2006,2008, 2010,2012, 2014, 2016/2017	BRASIL	LAPOP	BRAVB3 . Em qual dos candidatos o sr./sra. votou para Presidente no primeiro turno das eleições presidenciais ? (feita em 2006 referente à eleição de 2006) VB3 . Em qual dos candidatos o sr./sra. votou para Presidente no primeiro turno das eleições presidenciais de 2006? (feita em 2008, referente à eleição de 2006) VB20BRA . Se as eleições presidenciais deste ano fossem nesta semana, em quem o(a) sr./sra. votaria? [Leia as alternativas] (1) Dilma Rousseff (2) José Serra (3) Ciro Gomes (4) Marina Silva (5) Outro [Escrever exatamente o que foi dito] _____ (88)	Variável Qualitativa Nominal.	VB3 . é a mesma para os anos (2008,2010, 2012)

				<p>NS (98) NR (feita em 2010, referente à eleição de 2006)</p> <p>VB3n. Em qual dos candidatos o(a) sr./sra. votou para Presidente no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010? (feita em 2012, referente à eleição de 2010)</p> <p>VB3n. Em qual dos candidatos o(a) sr./sra. votou para Presidente no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010? (feita em 2014, referente à eleição de 2010)</p> <p>VB3n. Em qual dos candidatos o(a) sr./sra. votou para Presidente no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010? (feita em 2016/2017, referente à eleição de 2014)</p>		
--	--	--	--	---	--	--

INDEPENDENTE: Vítima de Violência	2006,2008, 2010,2012, 2014, 2016/2017	BRASIL	LAPOP	[VIC1EXT]. Agora mudando de assunto, o(a) sr./sra. foi vítima de algum tipo de crime nos últimos doze meses? Ou seja, você foi vítima de assalto, roubo, sequestro relâmpago, fraude, chantagem, extorsão, ameaças violentas ou qualquer outro tipo de crime nos últimos doze meses? (1) Sim [Siga] (2) Não [Vá para VIC1HOGAR] (8) NS [Vá para VIC1HOGAR] (98) NR [Vá para VIC1HOGAR]	Variável dummy.	Qualitativa	
INDEPENDENTE: Saliência da violência para os brasileiros	2006,2008, 2010,2012, 2014, 2016/2017	BRASIL	LAPOP	[A4] “Na sua opinião, qual é o problema mais grave que o país está enfrentando?”	Variável Nominal.	Qualitativa	
DE CONTROLE: Urbanização	2006,2008, 2010,2012, 2014, 2016/2017	BRASIL	LAPOP	UR 1. Urbano 2. Rural	Variável dummy.	Qualitativa	

DE CONTROLE: Nível de escolaridade	2006,2008, 2010,2012, 2014, 2016/2017	BRASIL	LAPOP	<p>VS2. Até que série o(a) sr(a) estudou?</p> <p>ED. Qual foi o último ano de escola que o sr./sra. terminou</p> <p>_____ Ano do _____ (primário, secundário, universidade, superior não-universitário) = (2008, 2010,2012)</p>	Variável Qualitativa Nominal.	ED. disponível para os anos (2008, 2010, 2012,2014)
DE CONTROLE: Renda Familiar	2006,2008, 2010,2012, 2014, 2016/2017	BRASIL	LAPOP	<p>VS13. Somando a renda de todas as pessoas que moram na sua casa, qual é a renda familiar? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)</p> <p>R\$ _____ (0) sem renda (1) NS (2) NR (2006)</p> <p>[Q10]. Somando a renda de todas as pessoas que moram na sua casa, incluindo envios de dinheiro de pessoas que estão no exterior ou outro lugar e o salário de todos os adultos e crianças que trabalham, qual das seguintes categorias mais se aproxima da renda familiar dessa casa?</p> <p>[Q10NEW] Em qual das seguintes categorias se encontra a renda familiar mensal dessa casa, incluindo as remessas do exterior e a renda de todos os adultos e filhos que trabalham?</p>	<p>Variável Quantitativa Discreta.</p> <p>(00) Sem Renda</p> <p>(01) Até R\$ 510,00</p> <p>(02) De R\$ 510,01 até R\$ 1020,00</p> <p>(03) De R\$ 1020,01 até R\$ 1.530,00</p> <p>(04) De R\$ 1.530,01 até R\$ 2.550,00</p> <p>(05) De R\$ 2.550,01 até R\$ 3.570,00</p> <p>(06) De R\$ 3.570,01 até R\$ 4.080,00</p> <p>(07) De R\$ 4.080,01 até R\$ 6.120,00</p>	<p>[Q10] está disponível para os anos 2008 e 2010. Não está disponível para o ano 2006.</p> <p>[Q10NEW] substitui a Q10 para os surveys seguintes: 2010, 2012, 2014, 2016.</p>

					(08) De R\$ 6.120,01 até R\$ 7.650,00 (09) De R\$ 7.650,01 até R\$ 10.200,00 (10) Mais de R\$ 10.200,01 (88) NS (98) NR	
DE CONTROLE: Gênero	2006,2008, 2010,2012, 2014, 2016/2017	BRASIL	LAPOP	[Q1]. Gênero (anotar, não pergunte): (1) Homem (2) Mulher	Variável Qualitativa Dummy.	
DE CONTROLE: Idade	2006,2008, 2010,2012, 2014, 2016/2017	BRASIL	LAPOP	[Q2]. Quantos anos o(a) sr(a) tem? _____ anos (0=NS/NR) [Q2D-Y] Em que dia, mês e ano o(a) sr./sra. nasceu? [Se recusar dizer o dia e mês, pedir só o ano ou perguntar a idade e calcular o ano depois.] Dia: _____ Mês (01 = Janeiro): _____ Ano: _____ (Para Q2DeQ2M: 88=NSy 98=NR) (Para Q2Y: 8888 = NS e 9888 = NR) [Q2Y] Em que ano o(a) sr./sra. nasceu? _____ ano (8888) NS (9888) NR	Variável Quantitativa Numérica Discreta.	Para 2012, a pergunta muda: [Q2D-Y] Para 2014, a pergunta muda: [Q2Y]

DE CONTROLE: Raça	2006, 2008, 2010, 2012, 2014, 2016/2017	BRASIL	LAPOP	<p>VS20. O IBGE - instituto que faz os censos no Brasil - usa os termos preto, pardo, branco, amarelo e índio para classificar a cor ou raça das pessoas. Qual desses termos descreve melhor a sua cor ou raça: (ESTIMULADA E ÚNICA) (2006)</p> <p>1 Preto</p> <p>2 Pardo</p> <p>3 Branco</p> <p>4 Amarelo</p> <p>5 Índio</p> <p>88 NS 99 NR</p> <p>ETID. O IBGE - instituto que faz os censos no Brasil - usa os termos preto, pardo, branco, amarelo e índio para classificar a cor ou raça das pessoas. Qual desses termos descreve melhor a sua cor ou raça: (1) Branca (2) Pardo (3) Índio (4) Preta (5) Amarela (7) Outra (8) NS/NR (2008)</p>	Variável Nominal.	Qualitativa	
------------------------------	---	--------	-------	--	----------------------	-------------	--

Fonte: Elaboração própria (2018).

Tabela 4 - Estatísticas descritivas das variáveis quantitativas

	Modelo 1			Modelo 2			
	Min	Média	Máx	Min	Média	Máx	NA's
Idade	16	37	99	16	39,18	99	11
Escolaridade	0	9	21	0	8,76	21	48
Renda familiar	0	4	16	0	3,43	11	119

Elaboração própria (2018).

Tabela 5– Frequência das variáveis qualitativas

Categoria		Modelo 1	Modelo 2
		N	N
Gênero	Homem	3548	587
	Mulher	3677	580
Urbanização	Urbano	6126	970
	Rural	1099	197
Raça	Branca	2774	503
	Parda	3264	450
	Índio	326	2014
	Preta	674	0
	Amarela	128	0
Avaliação do governo	Muito bom	870	
	Bom	2964	
	Nem bom, nem mal	2572	
	Mal	446	
	Muito mal	373	
Voto no mandatário	Sim		641
	Não		526
Saliência da violência	Outros	8354	955
	violência	1371	212
Vitimização	Vítima	1165	180

	Não-vítima	6060	987
--	------------	------	-----

Elaboração própria (2018).

Tabela 6: Primeiro teste de Robustez para o modelo 1

	Avaliação_GovernoFederal
Vítima_ViolênciaVítima	0.800*** (0.072)
Saliência_ViolênciaViolência	0.966 (0.072)
GêneroHomem	1.124** (0.053)
Idade	1.000 (0.002)
Escolaridade	0.976*** (0.007)
Renda_Familiar	0.951*** (0.006)
RaçaBranco	0.878 (0.194)
RaçaIndio	0.757 (0.224)
RaçaOutra	1.544 (0.338)
RaçaPardo	1.166 (0.193)
RaçaPreto	1.293 (0.208)
UrbanizaçãoUrbano	0.693*** (0.076)
N	5000
Log Likelihood	-6483.876

***p < .01; **p < .05; *p < .1

Fonte: elaboração própria (2018).

Tabela 7: Segundo teste de Robustez para o modelo 1

Avaliação_GovernoFederal	
Vítima_ViolênciaVítima	0.700** (0.159)
Saliência_ViolênciaViolência	0.899 (0.159)
GêneroHomem	1.291** (0.120)
Idade	1.002 (0.004)
Escolaridade	0.976 (0.016)
Renda_Familiar	0.956*** (0.013)
RaçaBranco	1.813 (0.478)
RaçaIndio	1.246 (0.550)
RaçaOutra	16.142*** (0.776)
RaçaPardo	2.601** (0.475)
RaçaPreto	2.290 (0.508)
UrbanizaçãoUrbano	1.006 (0.174)
N	1000
Log Likelihood	-1292.442

***p < .01; **p < .05; *p < .1

Fonte: elaboração própria (2018).

Tabela 8: Estatísticas de Ajuste dos Modelos**Modelo 1:**

Pseudo.R.squared	
McFadden	0.0142819
Cox and Snell (ML)	0.0368106
Nagelkerke (Cragg and Uhler)	0.0396821

Modelo 2:

Pseudo.R.squared	
McFadden	0.0163916
Cox and Snell (ML)	0.0223115
Nagelkerke (Cragg and Uhler)	0.0298460

Fonte: elaboração própria (2018).